

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

--- Aos vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezasseis reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves e Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segunda Secretárias, bem como os seguintes Deputados Municipais:-----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP); Cláudia Maria Ascensão Mendonça de Oliveira Vieira (PS); Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guida Maria Vieira Martins (BE); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); José Gabriel Pereira Oliveira (PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS) e Sílvia Maria Mota Marques Ferreira (PAN). -----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Gonçalo Nuno Pimenta Camacho e Lino Ricardo Silva Abreu. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV-CDU** – Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; Herlanda Maria Gouveia Amado e José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** – António Domingos de Sousa Abreu; Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; Carlos Alberto Rodrigues; Carlos Miguel Encarnação Gonçalves; José António Freitas Rodrigues; Luís Miguel Moura Sousa; Marco Alexandre R. P. Fernandes; Lívio Rómulo Soares Coelho; Luís Miguel Moura de Sousa; Maria Idalina Fernandes Silva; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia; Raquel João Martins da Silva; Robert Miguel Andrade de Castro; Rosa Maria Lopes Cravidão Gouveia de Oliveira; Rui Alberto Garanito Santos; Rui Nuno Barros Cortez e Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

--- **INDEPENDENTES** – Ana Patrícia da Silva Oliveira; Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh.-----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Domingos Manuel Martins Rodrigues; Énio Dionísio Vieira Martins, João José Nascimento Rodrigues, José Manuel Sousa Rodrigues, Paulo Alexandre Atouguia Aveiro e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. A Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, eleita pela Coligação Mudança, indicada pelo PS, foi substituída por Sérgio Juvenal Jesus Abreu. -----

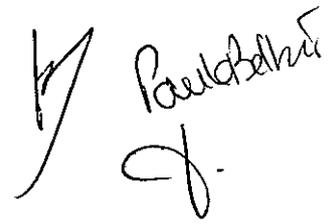
1.2. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, eleito pelo PCP/PEV-CDU, foi substituído por José Carlos Rodrigues Ferreira. -----

1.3. O Deputado Municipal Manuel Nélio Vicente Pereira, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PS, foi substituído por Cláudia Maria Ascensão Mendonça de Oliveira Vieira. -----

1.4. O Deputado Municipal Marco Alexandre R. P. Fernandes, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Sílvia Marlene Pereira Rodrigues. -----

1.5. A Deputada Municipal Maria Elisabete Mendonça Andrade, eleita pelo PPD/PSD, foi substituída por Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

1.6. O Deputado Municipal Carlos Alberto de Freitas Andrade, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído por Carlos Miguel Encarnação Gonçalves. -----



1.7. O Deputado Municipal Pedro José Jardim Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de São Roque, eleito pelo PPD/PSD, comunicou a sua ausência sendo substituído por Robert Miguel Andrade de Castro, vogal da referida Junta. -----

1.8. O Deputado Municipal Américo João da Silva Dias, eleito pelo CDS/PP, comunicou a sua ausência por motivos profissionais e não foi substituído. -----

1.9. A Deputada Filomena Maria Teixeira Gonçalves, eleita pelo CDS/PP, comunicou a sua ausência por motivos profissionais e não foi substituída. -----

2. O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação as seguintes atas: -----

- Votação da **Ata da Sessão Ordinária de vinte e oito de setembro de dois mil e quinze, aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor** sendo catorze do GMM, doze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e uma abstenção do PPD/PSD. -----

- Votação da **Ata da Sessão Extraordinária de vinte e oito de outubro de dois mil e quinze, aprovada por maioria, com trinta e cinco votos a favor** sendo catorze do GMM, doze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e uma abstenção do PPD/PSD. -----

3. EXPEDIENTE: -----

3.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- O Senhor Presidente da Ordem dos Arquitetos enviou um convite, para o Fórum Roteiro da Profissão, que se realizou no dia quinze de janeiro de dois mil e dezasseis. -----

- A UMAR enviou um convite, para a Apresentação dos Resultados do Diagnóstico Social pela Igualdade de Género no Funchal, que se realizou no dia quinze de janeiro de dois mil e dezasseis. -----

- O Senhor Secretário Regional de Agricultura e Pescas e o Vice-Almirante Diretor Geral da Autoridade Marítima enviaram um convite, para a sessão de Abertura da "Capitania On-

Line” e “Programa Mar Seguro”, que se realizou no dia vinte e oito de janeiro de dois mil e dezasseis. -----

- O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal e o Vice-Almirante Diretor Geral da Autoridade Marítima enviaram um convite, para a abertura oficial da exposição “Faróis na Costa, Segurança no Mar”, que se realizou no dia vinte e nove de janeiro de dois mil e dezasseis. -----

- O Senhor Bispo do Funchal enviou um convite para participar na celebração de acolhimento da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima, que se realizou no dia treze de fevereiro de dois mil e dezasseis. -----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho enviou um convite, para a Cerimónia de Comemoração dos 437 anos da Freguesia, que se realizará no dia três de março de dois mil e dezasseis. -----

4. Pedido de intervenção reencaminhados à CMF: -----

4.1. PCP/PEV: -----

- Pedido de reavaliação da notificação a Emanuel José Neves Castro. -----

- Pedido de esclarecimento sobre estacionamento de funcionários camarários na Estação dos Viveiros – Departamento de Ambiente. -----

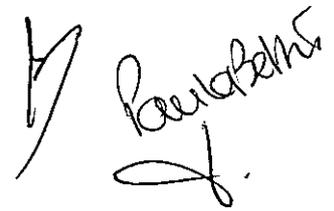
4.2. CDS/PP: -----

- Requerimento a solicitar o relatório definitivo resultante da ação de auditoria financeira realizada à atividade do órgão do executivo do mandato anterior (dois mil e nove / dois mil e treze). -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia de seguida enunciou que deram entrada nos serviços administrativos daquela Assembleia para o PAOD, os seguintes documentos: ---

- Proposta de Resolução – Elaboração do Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, apresentada pelo PCP/PEV-CDU. -----



- Proposta de Resolução – Interdição do uso do Glifosato pelos serviços camarários, apresentada pelo PCP/PEV-CDU. -----
- Voto de Congratulação, apresentado pelo GMM. -----
- Moção – Pela Justiça na tributação do IMI, apresentada pelo GMM. -----
- Proposta de Recomendação - Voto de Congratulação com entrega de diploma de mérito desportivo no dia do Concelho do Funchal, a dois árbitros internacionais de Andebol pelo seu desempenho, apresentado pelo CDS/PP. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD começou a sua intervenção referindo-se à notícia do recente falecimento do Senhor Engo. Jaime Ornelas Camacho, que para além de ter sido um cidadão madeirense e residente no Funchal durante praticamente toda a sua vida, da sua atividade profissional e enquanto cidadão, foi também historicamente a pessoa a quem a Madeira deve o início do seu processo Autonómico. -----

Por isso, ficará para sempre ligado a um processo que resulta naturalmente da Revolução de Abril, da restauração da Democracia no País, e do início de um processo que esperam que continue e que também em sua memória se possa expandir. Porque entendem que o conceito é a prática da Autonomia não deve de ter limites nem deve de ser coartada. ----

Como tal, a pessoa do Senhor Engo. Jaime Ornelas Camacho ficará na história da Madeira e da Cidade, por ter sido o primeiro Presidente do Governo Regional após a Restauração da Democracia, dando início ao caminho que hoje todos privilegiadamente percorrem e têm essa responsabilidade de fazer Autonomia. -----

Nesse sentido, e fora de qualquer processo porque não tiveram capacidade, devido ao escasso tempo, de o fazer do ponto de vista formal, fá-lo-ão em tempo oportuno, para formalizar de outra forma aquilo que estão ali a exprimir. -----

Porém, solicitaram àquela Assembleia que fosse prestado em sua homenagem um minuto de silêncio. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que a Mesa considera pertinente e válido esse pedido, pelo que de imediato efetuaram um minuto de silêncio pela memória do Senhor Engo. Jaime Ornelas Camacho. -----

De seguida voltou a dar a palavra ao **Senhor Deputado Municipal António Domingos Sousa Abreu, do PPD/PSD** que questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o porquê de ainda não estar aberto o Concursos para Dirigentes daquela Autarquia, que apesar de se afigurar com carácter de urgência e de já ter sido aprovada a constituição dos membros dos Júris para o mesmo, em junho de dois mil e quinze, ainda não se concretizou.

2 - A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU colocou as seguintes questões: -----

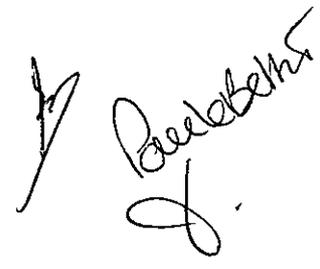
“Opção Gestionária: -----

- Foram intentadas ações pelos trabalhadores da Autarquia, através das suas organizações sindicais estando alguma ainda a decorrer. Por isso não se pode dizer ainda que o processo esteja concluído com uma decisão judicial definitiva; -----

- Havia um consenso e compromisso assumido na Vereação aquando da colocação desta questão, que enquanto decorressem ações em Tribunal não seria aplicada qualquer redução remuneratória aos trabalhadores da Autarquia; -----

- As decisões dos tribunais até agora conhecidas confirmam a legitimidade das ações intentadas pelo STAL, tendo ganho as Providências Cautelares colocadas até agora: as duas sentenças de Tribunais Administrativos, que consideraram errada a interpretação do Tribunal de Contas, sendo efetivamente a opção gestionária um poder efetivo das Câmaras Municipais. -----

A decisão final que dará ou não razão ao STAL e aos trabalhadores, ainda não foi tomada. Mas havendo já duas ações principais ganhas (Câmara de Lobos e Câmara da



Calheta), tudo indica que esta também o será e poderá ser extensível essa ação a todos os trabalhadores da Autarquia, haja vontade política para isso. Com todos estes elementos em cima da mesa, é de bom senso que a Câmara Municipal do Funchal não se precipite e aguarde pela decisão final do Tribunal. -----

Existe alguma alteração jurídica que responsabilize algum membro do executivo, para que voltem com a palavra atrás, tendo em conta as preocupações demonstradas por alguns funcionários, de que no próximo mês verão o seu salário reduzido? -----

Este executivo é capaz de assumir o compromisso perante a Assembleia Municipal, que não será feita qualquer redução salarial, sem que haja a decisão final das ações que ainda decorrem em Tribunal? -----

Causa animal: -----

Tendo em conta as notícias que vieram a público do crescente número de abandonos de animais e a incapacidade de recolha, conhecendo a exiguidade das instalações do canil do Vasco Gil, gostaríamos que o executivo respondesse a algumas das preocupações que aqui trazemos: -----

- Estão previstas mais obras? -----
- A Câmara já tem os dados relativos a recolhas, abates, dados que já tinham sido solicitados pelo nosso Vereador e que ainda não obteve resposta. -----
- Enquanto decorre o concurso público do Vasco Gil, como está a ser assegurado o tratamento e acompanhamento dos animais? -----
- Qual a aplicação ou não, da Resolução apresentada pela CDU em junho de 2014 e aprovada por unanimidade na Vereação? -----
- Para quando a conclusão das obras à muito prometida na Escola do Faial, adaptação para Centro de Esterilização Animal? -----

20 de Fevereiro: -----

Decorrentes da catástrofe do 20 de fevereiro de 2010, foram identificadas um conjunto de intervenções a ser feitas em algumas freguesias do nosso Concelho. Existe um levantamento feito pela Autarquia, e desse levantamento gostaríamos de saber o que já foi concretizado e o que falta fazer”. -----

3 - O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente colocou as seguintes questões: -----

- Se as taxas urbanísticas das obras de remodelação do Estádio dos Barreiros, pelo Club Sport Marítimo, já foram cobradas total ou parcialmente pela Autarquia? Se não, porquê? E que providências a Autarquia está a tomar para que as mesmas tenham efetividade? --

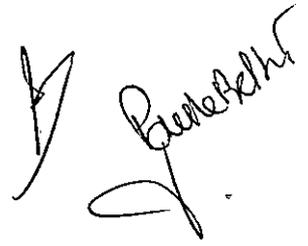
- Se existem alterações substantivas relativamente ao projeto inicial e aprovado do Hotel Savoy, no que concerne à volumetria do empreendimento? -----

- Se existe alguma ação concreta sobre o combate ao mosquito, vetor aedes aegypti, nas linhas de água do Funchal, e em algumas obras paradas que existem um pouco por todo o lado? -----

- Numa das reuniões do Conselho Municipal da Cultura do Funchal foi diagnosticado o estado de cultura do Município, como tal, que ação concreta decorre das impressões desse mesmo Conselho na política cultural do Município? E que outros diagnósticos foram desenhados por esse mesmo Conselho? -----

4 - O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP começou por colocar à Mesa, o que entende que se deve falar e discutir no período de antes da ordem do dia, PAOD, como por exemplo os Votos de Moção, Propostas etc. -----

Como tal, acham que deviam apresentar voto a voto, proposta a proposta e passar de imediato à discussão, porque se assim não for, perdem um pouco a parte política e a forma de discussão das propostas ali em causa, pelo que, e também a título de exemplo, dever-se-ia adaptar a forma que se passa na Assembleia Legislativa da RAM, em que é mais exequível e mais prática. -----



Depois passando à proposta de **Voto de Congratulação apresentado pelo GMM sobre a melhor Autarquia de 2016**, disse que a mesma chama àquela Autarquia todo o trabalho que foi feito desde a tomada de posse de dois mil e treze, mas no entendimento e na justiça daquela bancada, aquele é um trabalho que não é só daquela Câmara, mas um trabalho que tem vindo a ser feito ao longo dos anos pelos Executivos anteriores. -----

Por essa razão não votarão favoravelmente. -----

No que toca à **Moção sobre a Tributação do IMI**, o CDS/PP congratula-se com aquela Moção, porque tudo o que seja baixar a carga fiscal aos munícipes, aumentar o poder de compra por via da redução da carga fiscal e pelas injustiças que havia no que toca à tributação do IMI e pelos pontos levantados faz todo o sentido. -----

Como tal, irão votar favoravelmente. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** aproveitou a oportunidade para esclarecer o **Senhor Deputado Lino Abreu** que os reparos que fez, não têm acolhimento no Regimento da Assembleia Municipal, porque está definido um período de antes da ordem do dia – PAOD, no qual estão atribuídos tempos aos diferentes grupos municipais. E dentro desses tempos, cada grupo é livre de abordar os assuntos que achar mais pertinentes, podendo incluir nessa abordagem os votos que vão ser sujeitos a votação no final do PAOD, como outros assuntos que entendam trazer à discussão. -----

Sobre a adaptação sugerida, na Assembleia Regional está definido regimentalmente um período dentro do PAOD para a discussão dos votos, do qual cada partido tem o mesmo tempo de intervenção. -----

Porém, no Regimento da Assembleia Municipal não existe essa diferenciação pelo que a norma tem sido dentro do tempo atribuído a cada partido, os Senhores Deputados intervêm, expõem e falam sobre os assuntos que livremente entendem e no fim do PAOD, após os esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara, procedem à votação dos votos, moções

e projetos de resolução que deram entrada na Mesa, intervindo depois cada Deputado conforme a ordem de inscrição. -----

Por isso, alterar aquele tipo de comportamento é anti regimental e levaria a que dentro do PAOD não se conseguisse cumprir os sessenta minutos que lhe está atribuído. Assim, se fosse para discutir cada ponto, que tempos seriam atribuídos a cada partido para discutir cada voto? -----

Como tal, julga que o *modus operandi* que tem sido adotado naquela Casa vai ao encontro das possibilidades de poderem discutir os votos e os assuntos que entendam pertinentes. Assim não sendo, a solução seria que à luz do Regimento pudesse haver uma alteração ao mesmo, pelo que um terço dos Deputados podem suscitar uma alteração regimental para adaptar essa situação, ficando assim o repto lançado pela Mesa aos Senhores Deputados.

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** interpelou a Mesa no sentido de sugerir em termos de norma a adotar, sem alterar o atual Regimento, poderem continuar com a questão do acumular dos tempos da forma como está definida, com uma pequena alteração em que após a inscrição das diferentes pessoas que pretendessem intervir fosse estabelecida uma prioridade, não em função da ordem de inscrição mas em função da autoria das propostas. -----

Depois os outros partidos, não autores de iniciativas, teriam a oportunidade de discutir outros assuntos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que considera a sugestão colocada pertinente, pelo que eventualmente numa reunião de líderes a possam focar. -----

Todavia, a Mesa *à priori* não sabe qual será o teor da intervenção dos partidos, embora supostamente deverão intervir sobre os votos que apresentaram, mas podem também estar inscritos mais do que um Deputado do mesmo grupo, e não é líquido que cada um vá falar sobre assuntos diferentes. -----



5 – O Senhor Deputado Municipal José Carlos Rodrigues Ferreira, do PCP/PEV-CDU apresentou as seguintes Propostas: -----

- **“Proposta de Resolução – Interdição do uso do Glifosato pelos serviços camarários:**

O Glifosato (N-fosfometil-glicina) é uma herbicida sistémica, de amplo espectro e ação não-seletiva, e que constitui o principal ingrediente de outros herbicidas, nomeadamente do *Roundup*, produto muito divulgado e utilizado pelas entidades públicas para ações de limpeza. -----

Não obstante o facto da OMS – Organização Mundial de Saúde, através da denominada IARC – Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro, ter já classificado esta substância como um “carcinogénico provável para o ser humano”, estabelecendo assim uma relação direta entre o Glifosato e alguns tipos de cancro, entre os quais o cancro do sangue, nomeadamente o LNH – Linfoma Não-Hodgkin, podendo ainda provocar alterações neurológicas diversas e doenças respiratórias, entre outros impactos negativos para a saúde, o certo é que o mesmo continua a ser utilizado em larga escala. -----

A perigosidade desta substância para a saúde é amplamente reconhecida por várias entidades, e o próprio Bastonário da Ordem dos Médicos afirmou, num editorial da Revista da Ordem: “*O mundialmente reconhecido princípio da precaução estabelece que, face a evidências nítidas de impacto negativo na saúde (ou no ambiente), a ausência de provas científicas definitivas não deve impedir a implementação de medidas minimizadoras. Para o Glifosato a conclusão é clara: este herbicida deveria ser suspenso em todo o mundo.*” (in *Revista da Ordem dos Médicos nº 161 – Julho/Agosto de 2015*). -----

O Glifosato continua a ter uma utilização muito na Agricultura em geral, bem como em usos domésticos, sendo também amplamente utilizado na limpeza de vias públicas e em linhas de água para controlo de infestantes. -----

Afigura-se-nos particularmente grave o facto de não serem realizados quaisquer testes sobre a presença deste produto, quer nos espaços públicos onde é utilizado (parques e jardins, por exemplo), nem na água que é fornecida à população. -----

Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal do Funchal, perante o reconhecido grau de perigosidade para a saúde pública, delibera que: -----

1º - A Câmara Municipal do Funchal cesse a aplicação de herbicidas contendo na sua composição Glifosato, em todos os espaços do Concelho onde existam probabilidades de os munícipes estarem expostos ao mesmo (parques, jardins, escolas, etc); -----

2º - A Câmara Municipal do Funchal deverá preparar, em articulação com as Juntas de Freguesia do Concelho, um plano para a substituição progressiva visando a erradicação completa deste produto, procurando e preparando alternativas à sua aplicação; -----

3º - A Câmara Municipal do Funchal, em colaboração com as Juntas de Freguesia, deverá promover sessões de formação e esclarecimento, quer para funcionários das autarquias locais, quer para privados, alertando para o risco do uso deste produto e, em simultâneo, propondo alternativas ao mesmo; -----

4º - A Câmara Municipal do Funchal procederá à análise da concentração de Glifosato nas áreas de captação e armazenamento de água, por forma a assegurar que os valores não estão acima dos parâmetros legislados; -----

5º - Seja dado conhecimento à Assembleia Municipal do Funchal dos resultados destas medidas e das análises efetuadas, os quais deverão ser posteriormente divulgados publicamente. -----

- Proposta de Resolução – Elaboração do Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar: O ano de 2016 foi consagrado pela Assembleia da República como o “Ano Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar”. Neste sentido, e tendo em conta um conjunto de fatores que abrangem um largo espectro desde a situação económica geral do País, o desemprego, os elevados números de indivíduos e famílias que sobrevivem



Bento Bellet

a custo e que se encontram no limiar da pobreza, a elevada carga fiscal que incide sobre os rendimentos do trabalho, os cortes verificados em diversos subsídios e apoios sociais, entre fatores que agravam as condições de vida e a subsistência de uma grande parte da população, assume particular importância que o Município do Funchal, em estreita colaboração com a sociedade civil, com um conjunto de associações e organizações que, com o seu empenho e capacidade de mobilização, ajudam a população mais carenciada, assumam a responsabilidade de elaborar um plano municipal especificamente vocacionado para o combate ao desperdício alimentar e, conseqüentemente, aponte para a mobilização e fortalecimento de parcerias tendentes a otimizar a distribuição dos recursos àqueles que são os mais necessitados. -----

Este Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar deve constituir-se como um documento estratégico, pragmático, exequível, a ser elaborado conjuntamente entre o Município, as Juntas de Freguesia e os diversos intervenientes sociais (outras entidades públicas e privadas, IPSS's, associações, movimentos, grupos, etc.), onde sejam identificadas as áreas estratégicas de ação para que o aproveitamento de recursos alimentares seja uma realidade, canalizando-os para aqueles que efetivamente deles tenham maior necessidade. -----

Não se constituindo como uma solução definitiva para o problema da fome, da carência ou da dificuldade / impossibilidade de acesso a bens alimentares, a definição e implementação de um Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar para o Concelho do Funchal constituiria uma oportunidade de contribuir para uma transformação positiva da nossa sociedade, oportunidade essa que não pode ser desperdiçada. -----

Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2016, delibera que a Câmara Municipal do Funchal, em colaboração com as Juntas de Freguesia do Concelho, outras entidades públicas regionais com intervenção na área social, IPSS's, associações, movimentos ou outras entidades com

intervenção social que venham a ser consideradas, elabore o Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, o qual deverá ser objeto de análise quer na Vereação, quer posteriormente em sessão da Assembleia Municipal do Funchal.” -----

6 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que não concorda com a notícia que veio a público em que o Senhor Presidente da Câmara dizia estar disposto a publicar um livro da autoria do Dr. Alberto João Jardim, porque, -----

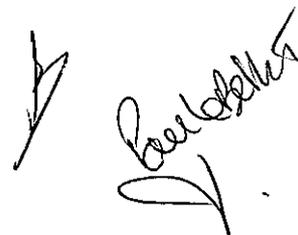
1º - É uma má aplicação dos dinheiros da Câmara e mostra um profundo desrespeito por todas as pessoas que levaram ao poder o atual Presidente da Câmara. -----

Sejam os partidos, seja a sociedade civil, que tinham esperança de haver de facto uma alternativa, porque muitas dessas pessoas foram perseguidas e queriam uma Mudança a sério. Porque subjacente a essa Coligação, não era só um projeto para mudar o poder na Câmara, mas era um projeto mais alargado em que os partidos tinham feito imenso esforço para proporcionar uma alternativa nas Eleições Regionais que se seguiam. -----

2º - Poderia ser publicada pela Fundação Social Democrata. -----

3º - Não é preciso ser publicada em papel, poderia ser um livro eletrónico a disponibilizar na internet e quem quisesse ia lá comprar, havendo certamente um público muito mais alargado. -----

7 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD expôs que o Grupo Municipal do PPD/PSD teve conhecimento que a criação de uma Paragem de Autocarros junto ao Infantário da “Rochinha”, na Rua Coronel Cunha, tem gerado uma enorme insatisfação junto a muitos moradores daquela rua. Insatisfação essa que culminou num abaixo-assinado realizado pelos mesmos que também, segundo sabem, já foi ou será entregue no decorrer daquela manhã naquela edilidade. -----



E a realidade é que essa mesma Paragem pouca ou nenhuma utilização prática tem, considerando até que os próprios motoristas nem sequer se encostam a essa Paragem, quer para a recolha, quer para a saída dos pouquíssimos passageiros que a utilizam. -----

Por outro lado, referiu também que essa Paragem encontra-se instalada junto a um Infantário, o que lhes suscita dúvidas sobre as suas questões de segurança, sendo caso para perguntar se aquela Paragem foi contemplada no tão famigerado Plano de Mobilidade? E se foi alvo de efetivo estudo sobre a sua utilidade prática nesse mesmo Plano? -----

Não obstante, gostariam também de saber o que pretende aquele Executivo fazer relativamente àquela questão e que resposta pretenderá dar aos Municípios que apresentaram o referido abaixo-assinado? -----

8 – O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM disse que relativamente ao Voto de Congratulação, queria sossegar o Senhor Deputado Lino Abreu esclarecendo-o que no texto ninguém referiu que a Câmara ganhou o prémio mas apenas que foi nomeada, ficando também isso a dever-se ao trabalho de todos que fazem parte daquela Assembleia. -----

Para melhor elucidá-lo leu o seguinte texto: -----

“Fruto do trabalho que o executivo Municipal vem desenvolvendo desde a sua tomada de posse em outubro de 2013, a autarquia tem vindo a acumular várias distinções e referências honrosas. -----

Mais recentemente foi nomeada para **melhor autarquia 2016** nos prestigiados “Publituris Trade Awards”, juntamente com Loulé, Óbidos, Cascais, Évora, Porto e Lisboa. -----

De salientar que este prestigiado prémio resultará de uma média de entre os votos dos assinantes da newsletter da revista, dos votos dos 20 membros do júri, na sua maior parte constituído por personalidade das associações turísticas, ex-Secretários de Estado do

Turismo, empresários, consultores e jornalistas, conferindo assim maior prestígio e credibilidade. -----

Esta nomeação honra a cidade do Funchal, os funchalenses, a CMF e todos nós que nesta Assembleia, contribuímos para que tal aconteça. -----

É desejo de todos nós para que no próximo dia dois de março, na Bolsa de Turismo de Lisboa, o prémio para **melhor autarquia 2016** seja ganho pela nossa Autarquia. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2016, congratula o executivo municipal pela nomeação para Melhor Autarquia 2016, reflexo do esforço desenvolvido, no trabalho permanente em fazer da cidade um exemplo ao nível turístico.” -----

9 – A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM começou por dar umas palavras em relação ao Senhor Engo. Jaime Ornelas Camacho, pessoa que conheceu desde os primórdios da Autonomia, lamentando muito o seu falecimento e apresentando os seus pêsames às famílias e sobretudo ao Grupo Municipal do PPD/PSD. Concordou que foi realmente um homem muito sério e muito íntegro e que mais do que um minuto de silêncio, mereceria talvez da parte daquela Casa alguma referência mais honrosa, o que segundo se apercebeu será apresentada. -----

Em relação à sugestão apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Rodrigues, sobre o método de discutir as propostas que são apresentadas nas vésperas das reuniões, concordou que na reunião de Líderes se acerte, a proposta ali apresentada como uma norma a seguir. -----

Sobre a questão levantada pelo Senhor Deputado Pedro Gouveia em relação à Paragem da Rochinha, julga que o Senhor Presidente da Câmara vai responder à questão, como é da sua competência, mas concorda que algumas dessas Paragens estão a gerar descontentamentos nas populações, gerando algumas situações complicadas acabando sempre por ser a Câmara a única entidade responsável. -----

Em relação à Proposta de **Moção pela Justiça na Tributação do IMI**, apresentada pelo GMM, realçou as decisões que propõe que a Assembleia tome em relação àquela questão:

- Manifestar apoio à revogação dos benefícios fiscais em sede de IMI aos Fundos de Investimento Imobiliário, pelas razões sobejamente debatidas e conhecidas publicamente, sendo que isso não é mais do que repor uma justiça que há muito tempo já devia de ter sido feita. -----

- Manifestar apoio à reintrodução de uma cláusula de salvaguarda quanto ao aumento da coleta de IMI, em prédios destinados à habitação própria e permanente e que não estejam sujeitos de dependentes a cargo. Porque é preciso clarificar a questão dos dependentes a cargo e precisam de ter ideias claras em relação a isso para que não se cometa injustiça. E também apelar ao Estado que em relação às Misericórdias tenha um tratamento claro, porque uma coisa é o dinheiro que é investido na causa social naquele que é o papel das Misericórdias, e outra coisa são imóveis que não são realmente destinados à ação social que têm. -----

10 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD quis em primeiro lugar congratular-se com o facto de poderem em conferência de Líderes, acertar a questão da reorganização do debate no Período de Antes da Ordem do Dia, com a certeza de que chegarão a um entendimento. -----

Depois dividiu a sua intervenção em duas partes: -----

“A primeira é sobre o Voto de Congratulação que foi apresentado pelo GMM, eu quando abri no meu computador este Voto, não me suscitou nenhuma opinião a não ser positiva no sentido que qualquer prémio que a Cidade venha a ganhar deve de ser acarinhado e deve de ser exaltado por todos nós. -----

Mas, a partir do momento em que comecei a ler o Voto fiquei com a nítida sensação que o GMM, não quer que nós votemos favoravelmente este Voto porque das duas uma, esta nomeação acontece e subjacente a esta nomeação há um texto que enquadra a nomeação

num site pela organização que é feito, ou há um profundo desconhecimento desse texto ou então há aqui um exercício profundo de provincianismo, narcisismo e novo-riquismo. -----

Digo isto, porque o texto que está patente e subjacente a esta nomeação, as referências elogiosas que faz à Cidade do Funchal, tem a ver com todo o trabalho que tem sido desenvolvido ao longo de todos estes anos de Autonomia, e não se refere explicitamente a nenhuma situação à Autarquia. -----

Todo o trabalho que tem sido feito em relação ao desenvolvimento do destino Madeira no seu global, e referências muito específicas às nomeações e aos prémios recebidos por diversas unidades hoteleiras que estão sediadas no Funchal, ou seja, situações que são fruto do investimento e iniciativa privada. -----

Mas se este Voto não tivesse duas considerações, que eu acho que é por falta de conhecimento do texto ou então é devido à adjectivação que eu usei, em que há um profundo narcisismo e novo-riquismo por parte de quem o fez, porque o Voto começa logo: *Fruto do trabalho que o executivo Municipal...* parece que só houve um executivo Municipal em quarenta anos, e depois não há uma congratulação à Cidade do Funchal. -----

Assim, quem esta Assembleia Municipal vai congratular é o Executivo Municipal, quando este não teve responsabilidade absolutamente nenhuma nesta nomeação e vamos ver de facto que desde a tomada de posse, como é aqui feita referência, as tais diferentes distinções, porquê e a que propósito? Vejamos numa pequena página, o que o Executivo tem feito: -----

- São as balburdias sistemáticas no Conselho Municipal de Juventude do Funchal que os Deputados dos diferentes partidos têm a oportunidade de testemunhar. -----

- É o abandono sistemático e absoluto das Zonas Altas. -----

- São os jardins e as zonas verdes cada vez mais degradadas e sujas. -----

- São as ruas sujas, pegajosas e deterioradas como é fácil de testemunhar. -----




- É a constante confusão que se gerou e instalou no Mercado Municipal dos Lavradores, com decisões tomadas à revelia dos comerciantes e dos utentes. -----
- São os avanços e recuos quanto à Rua Fernão de Ornelas, outra vez contra os comerciantes, contra os utentes, contra os transeuntes e contra os automobilistas. -----
- É o experimentalismo amador e casuístico na política de Mobilidade. -----
- São os programas de apoio social, como é patente nos diferentes relatórios que nós temos recebido e analisado, que nada nem ninguém apoiam. -----
- É a gestão financeira que suscita constantes e frequentes dúvidas. -----
- É o caos na gestão do pessoal. -----
- É, isto denunciado pelos próprios, a perseguição a alguns funcionários que não são servis ao Executivo camarário. -----
- E é finalmente, o consumo de tempo e de recursos em auto promoção e em culto da personalidade. -----

De facto se os critérios para a atribuição do prémio de melhor Município por parte de iniciativas fossem estes, a responsabilidade e quem nós deveríamos congratular era este Executivo Municipal. -----

É por isso que nós achamos que o GMM não queria que o PPD/PSD votasse favoravelmente este Voto de Congratulação. -----

Uma coisa é nós congratularmo-nos pela nomeação da nossa Cidade, outra coisa é nós congratularmo-nos com o trabalho deste Executivo, e em relação a isso nós não acompanharemos esta iniciativa porque aqui não está a congratulação do Município, mas a congratulação ao Executivo Municipal. -----

E para que também fique registada em Ata, o Grupo Municipal do PPD/PSD e ao abrigo dos poderes que lhe são conferidos pelo Regimento desta Assembleia Municipal vai solicitar por via do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

- A cópia integral de todos os processos de despesa relacionados com as rubricas com publicidade, marketing, comunicação, patrocínios a entidades privadas com e sem fins lucrativos desde o início do seu mandato. -----

- Todos os balancetes analíticos da conta de fornecedores e de fornecedores de imobilizado, referente ao mês dois de dois mil e dezasseis, o mês doze de dois mil e quinze, o mês doze de dois mil e catorze e o mês doze de dois mil e treze. -----

- A cópia integral de todos os protocolos, acordos de parceria, contratos programa e convénios que foram assinados entre a Câmara Municipal do Funchal e as entidades públicas e privadas desde o início do seu mandato. -----

- A cópia integral de todos os processos disciplinares sobre os Funcionários da Autarquia que já estejam concluídos e / ou arquivados e que tenham sido abertos desde o início do seu mandato. -----

É a forma que nós temos de fazer a fiscalização mais efetiva e objetiva sobre o trabalho, porque faz parte das competências da Assembleia, faz parte dos direitos dos Deputados Municipais e faz parte dos deveres de quem é fiscalizado darem acolhimento a esta solicitação. -----

Porque nós poderíamos vir à Assembleia Municipal e basear a nossa atuação em boatos, em rumores, em bisbilhotice, em diz que disse, mas temos que convir para que a oposição e o trabalho de fiscalização seja mais consistente e fidedigno, que deve de ser feito com base em elementos. E esses elementos quem os pode dar é o Executivo que é o responsável pela gestão corrente e pela gestão da Autarquia, portanto com base nesses elementos que esperamos todos que não haja nada nesses elementos que suscite tomadas de posição, pois isso significa que o trabalho tem sido exemplar. -----

Portanto, a melhor maneira de nós chegarmos a essa conclusão é termos os elementos, analisá-los e depois dar a nossa opinião sobre aquilo que nos é apresentado. Penso que



isto é do mais transparente e do mais claro e evidente das nossas intenções e da forma mais correta de fazer o trabalho. -----

Senhor Presidente da Assembleia terminaria dizendo que nós entregaremos esta solicitação e pedia que o Senhor Presidente no âmbito das suas competências, desse o devido cumprimento e o devido seguimento à mesma”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que registou o seu pedido e quando receber esse requerimento, o fará chegar ao Senhor Presidente da Câmara para prestar, divulgar e disponibilizar a informação requerida. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM** pediu o seguinte esclarecimento ao Deputado Carlos Rodrigues: -----

“O Senhor Deputado Carlos Rodrigues não deu nenhuma novidade a esta Assembleia, aliás já esperávamos que o PPD/PSD votasse contra porque isso é sistemático. -----

O Senhor Deputado Carlos Rodrigues não gosta também, já se reparou, que se saliente o trabalho desta Autarquia nem do seu executivo, mas chegou a elogiar muitas vezes o anterior Governo Regional que arruinou financeiramente a Madeira e a sua Autonomia. --

Não pode negar ainda que esta Câmara tem sido efetivamente referida em várias situações, como é o caso de várias referências a prémios, então esse trabalho tem sido feito pela Autarquia, assim qual é o problema em elogiar o trabalho que foi feito por esta Câmara? Aliás somos todos que estamos a trabalhar nesse sentido não vejo qual é o problema de elogiar. -----

Parece que o Senhor Deputado tem urticária quando se fala em elogiar o Senhor Presidente da Câmara do Funchal”. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD** esclareceu o Senhor Deputado Juvenal Rodrigues dizendo: -----

“Eu não sabia que o Senhor Deputado Juvenal Rodrigues tinha um conhecimento profundo das minhas patologias dérmicas. Mas deixe-me que lhe diga, o Senhor Deputado pode

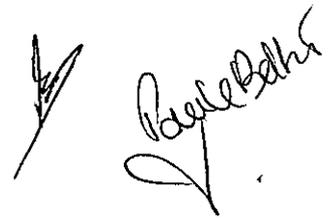
acusar quem quiser mas a mim não vai acusar dessa situação, porque eu fui dos poucos Deputados desta Assembleia do PPD/PSD, que fez um elogio a este Executivo quando teve aquela iniciativa referente à acessibilidade na Praia Formosa para Cidadãos invisuais e para Cidadãos com dificuldades motoras. -----

E da mesma forma como elogiei o Governo nalgumas situações, era bom que o Senhor Deputado também estivesse atento às partes que eu não elogiei, portanto em relação ao meu comportamento aquilo que eu digo em relação a este Voto, é que o PPD/PSD não teria qualquer tipo de urticária em acompanhá-los neste Voto, porque o Executivo camarário não faz só coisas más, agora avocar apenas a si a responsabilidade pela nomeação quando o próprio texto que enquadra a nomeação não faz referência absolutamente. Por isso convido o Senhor Deputado a visitar o site onde a votação, que inclusive termina hoje ao fim do dia, a cada nomeação das agências de viagens, dos municípios, dos operadores turísticos, tem ao seu lado o enquadramento e a razão pelo qual foi nomeado, e não há uma referência direta, objetiva, incisiva sobre o trabalho da Câmara. -----

Se os Senhores Deputados quisessem que de facto nós os acompanhássemos, não fariam esta identificação cirúrgica sobre as responsabilidades únicas e exclusivas, que é o que aqui está, o Senhor Deputado que leia o último parágrafo: ... *congratula o executivo Municipal...* o Senhor Deputado nem sequer diz: *congratula o Município do Funchal*, e começa o texto: *Fruto do trabalho que o executivo Municipal vem desenvolvendo desde a sua tomada de posse...* parece que para trás desta tomada de posse não aconteceu nada e não há outros responsáveis em termos da gestão do Turismo, e que não existem os privados com os seus investimentos que têm beneficiado a Região. -----

Portanto nós estamos é contra este exercício de narcisismo e novo-riquismo". -----

11 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM referiu em primeiro lugar que ninguém pode ficar chateado com uma nomeação para a atribuição de um prémio, porque realmente alguma coisa mudou na Cidade do Funchal. -----



Esta tornou-se muito mais democrática, dá mais atenção às questões sociais, os planos estão a concretizar-se, há intervenções nas zonas altas, como a do Mercado da Penteadada, a promessa da Rua do Paiol que só foi concretizada depois de quarenta anos, pelo que o Município não está parado. -----

Sobre a questão de uma mentira dita muitas vezes tornar-se verdade, diz que quem promete e anuncia tem sido o Governo Regional que ficou com cinco milhões de euros do IRS daquela Autarquia, e que tenta asfixiar os Municípios que não são da sua cor partidária. Referiu também que no Período de Antes da Ordem do Dia, assistiu a uma desautorização de um Deputado Municipal aos seus Vereadores que têm assento no Executivo sobre o papel de fiscalização. -----

Congratulou-se também com a evolução de que a fiscalização é importante, porque há alguns anos atrás na história da Autonomia Regional inúmeras vezes quer Deputados Municipais, quer Deputados Regionais solicitaram documentos e informações que nunca chegaram, nem é cumprido nem é dado instrumentos para qualquer fiscalização. -----

Por isso, considera que uma coisa é o direito e os deveres dos deputados, uma coisa é o papel da demagogia. -----

Depois debruçando-se sobre a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do CDS/PP, da atribuição da Medalha de Mérito municipal, sugeriu que houvesse uma maior atenção e maior cuidado sobre esse tipo de propostas, para que não se banalize os votos e as medalhas, porque o regulamento da atribuição de medalhas diz: *A Medalha de Mérito Municipal destina-se a agraciar os servidores municipais ou as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos advenham benefícios para a cidade do Funchal, melhoria nas condições de vida da sua população, desenvolvimento ou difusão da sua arte, divulgação ou aprofundamento da sua história, ou qualquer outra vantagem que mereça ser reconhecida.* -----

Registou ainda que os Cidadãos propostos deveriam de ser apresentados através do seu currículo desportivo, porque desconhece quem eles sejam. -----

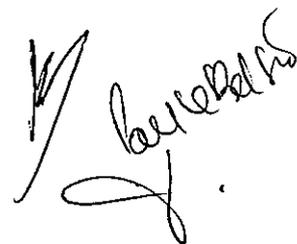
12 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP expôs os seguintes pontos:-----

- Sobre o requerimento que deu entrada na Assembleia Municipal sobre a questão da Auditoria do quadriénio anterior, que os Deputados Municipais do CDS/PP têm-se debatido e interpelado, e que foi motivada pelo grande chavão do ponto de vista financeiro, anunciado pelo Senhor Presidente Paulo Cafôfo desde que tomou posse naquela Autarquia, de que o passivo da mesma estava avaliado em cem milhões de euros e que era necessário descobrir a origem do “buraco” financeiro. -----

Assim, como defensores da causa pública e como Deputados Municipais têm o direito de pedir o processo de auditoria e de o mesmo lhes ser remetido no prazo de dez dias pelo Executivo camarário, conforme está regimentalmente assente, pois cabe-lhes ainda a competência de fiscalização daquela Casa e não ao executivo da Câmara ou aos Senhores Vereadores. -----

- Sobre o Voto de Congratulação de Medalha de Mérito Municipal à dupla de Árbitros Madeirense de Andebol, Ricardo Fonseca e Duarte Santos, que irão ao Campeonato do Mundo no Qatar, ao Campeonato da Europa e que já foram elogiados pela Federação Portuguesa de Andebol e pela Associação de Andebol da Madeira, proposto por aquela bancada, esclareceu o Senhor Deputado Sérgio Abreu que sob proposta da Mesa da Assembleia Municipal, já o retificaram para um Voto de Congratulação e entrega de um Diploma no Dia do Concelho do Funchal e que o mesmo na qualidade de Deputado Municipal é livre de votar como assim o entender. -----

- Sobre o evento da Tocha do Desporto, organizado pelo Conselho Municipal de Juventude do Funchal, em que a única Junta de Freguesia da Coligação da Mudança que deu feedback foi a de Santa Maria Maior. Tendo inclusivamente o Senhor Presidente da Junta



de Freguesia de São Martinho, enviado um email a dizer que não participava porque não tinha conhecimento daquela iniciativa pelo executivo da Câmara Municipal do Funchal, portanto, pelo que não vislumbra a democracia que ali tanto falam. -----

Terminou apelando aos Senhores (as) Deputados (as) que passem à prática, porque tiveram dificuldade logística da Câmara Municipal do Funchal e de algumas Juntas de Freguesia da Coligação Mudança, para organizar aquela iniciativa. -----

Porém, como o grupo é lutador e sonhador seguiram em frente e conseguiram realizar essa mesma iniciativa. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar os devidos esclarecimentos aos Deputados intervenientes que começou pela ordem das intervenções: -----

- **Ao Senhor Deputado Domingos Abreu, do PPD/PSD** que falou sobre o concurso dos dirigentes, disse que não iria elencar todo o processo e toda a história relativamente àquela questão, porque mais do que técnico foi político com uma intenção de bloquear todo um processo, que deveria de ter acontecido com a maior brevidade possível nos diversos passos que tem. -----

Todavia, informou que todos os dirigentes que estão a exercer neste momento funções em regime de substituição estão a fazê-lo bem, e que não há qualquer obstáculo ou impedimento no exercício das suas funções ao normal funcionamento daquela Autarquia, embora reconheça que é necessário a conclusão daquele processo para haver para as próprias pessoas, uma segurança naquilo que é o tempo que estão a exercer a sua função e os objetivos que aquele Executivo tem delineado nos diversos cargos para os quais estão a exercer a sua função. -----

Por fim, informou que no momento, de todos os Júris e dos Presidentes de Júris faltam a assinatura de cinco naquilo que diz respeito à minuta da ata, que irá ser publicada na próxima semana no Diário da República e na BEP – Bolsa de Emprego Público conforme

determina a Lei. Depois, após os dez dias de publicação, decorrerá todo o processo de entrevistas e de seleção de acordo com as prioridades do Executivo. -----

- À **Senhora Deputada Herlanda Amado, do PCP/PEV-CDU** respondeu que há uma questão que esta colocou que será esclarecida pelo Senhor Vereador Domingos Rodrigues. Mas sobre a **Opção Gestionária** disse que foi aplicada a redução remuneratória em articulação clara, honesta, franca e de colaboração com os Sindicatos e com todos os Trabalhadores os quais foram informados de toda a situação. -----

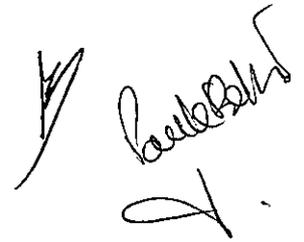
Porque todos os pareceres jurídicos sejam internos, sejam externos, disseram que não podem deixar de fazer o reposicionamento sob pena do ónus recair sobre aquele Executivo. Aliás, não há ali a questão da reposição remuneratória porque a providência cautelar trava essa redução remuneratória, pelo que esperam que todo o processo decorra de forma normal e que a situação seja reposta. -----

Assim, a sua maior preocupação recai sobre setenta e dois Trabalhadores que não estão sindicalizados, nem *per si* entregaram judicialmente qualquer ação cautelar sendo estes precisamente alvo da redução remuneratória. Por isso, esperam que no âmbito da ação principal a situação seja favorável para todos os Trabalhadores e que não saiam prejudicados naquela matéria. -----

Relativamente à questão da **Causa Animal**, ainda na reunião da Câmara do dia anterior, a Senhora Vice-presidente informou que terá a listagem relativamente aos dados do canil do Vasco Gil no que diz respeito aos animais. -----

Todavia, adiantou que a primeira fase de obras e consequente relatório no valor de sessenta mil euros que requalificou os espaços para cães, após uma vistoria da Autoridade Veterinária, está já concluída. -----

No momento, têm também um projeto e uma orçamentação à volta de noventa mil euros relativamente ao aumento do Canil do Vasco Gil para uma capacidade para cem cães, além



da construção de um gatil. Este como ainda não existe, os gatos continuam na Rua do Matadouro, conforme o protocolo estabelecido com a SPAD durante todos estes anos. --- Naquele projeto também existe uma área comum de passeio onde os animais poderão estar, além dos respetivos locais onde se encontram separados por questões de segurança. Também está previsto a aquisição de equipamento veterinário no valor de seis mil euros, porque têm uma Médica Veterinária, que não é Veterinária Municipal, que tem feito uma ação no que diz respeito ao cuidado dos animais e ao bem-estar. -----

Realçou também que embora tenham requisitado uma Médica que é do quadro do Governo Regional, isso não resolve as competências que devem de ser exercidas no âmbito do Médico Veterinário Municipal, como tal aquela questão da Causa Animal não avançará enquanto todos, Região e Governo Regional, não resolverem a questão do Médico Veterinário Municipal. -----

Informou ainda que também têm executado protocolos com diversas entidades para a esterilização, através de apoio financeiro no qual incluem também a questão das obras da Escola do Faial cujo teto irá ser reparado, porque a entidade que queria lá ficar, a AMAU, deparou-se com infiltrações e mau estado do telhado que não oferecia condições de segurança. Por isso têm essa obra orçamentada para execução, de modo a que possam lá se instalar e haver esse Centro de Esterilização Animal. -----

Terminou dizendo que a partir da resolução que foi estabelecida naquela Câmara, não houve mais eutanásias a qualquer animal no Canil do Vasco Gil. Embora isso leve a que haja uma grande preocupação no momento, pela falta de capacidade no Canil do Vasco Gil e a quantidade de animais que continuam a ser abandonados a um ritmo indigno para aqueles animais e para a sua condição, mais do que questões políticas ou questões demagógicas como por vezes aquelas questões da Causa Animal têm em prejuízo dos próprios animais. -----

- **Ao Senhor Deputado Donato Macedo, Independente** no que diz respeito às **taxas urbanísticas do Estádio dos Barreiros**, esclareceu que a Câmara já faturou as taxas antigas e as novas estão inscritas nas contas. Já os notificaram e a situação está a ser dirimida em sede judicial por oposição do Marítimo. -----

Sobre o **projeto do Hotel Savoy**, a Câmara fez uma prorrogação do prazo do licenciamento porque não havia qualquer justificação legal para que o não fizessem. -----

Relembrou ainda, que aquele projeto foi aprovado naquela Câmara e não houve nenhum voto contra de qualquer partido, na altura, representado naquela Autarquia. Portanto, o projeto está licenciado e não têm qualquer poder para alterar aquilo que está licenciado, podendo apenas haver conversações com o promotor, de forma a poderem alterar alguns aspetos do projeto. -----

Relativamente ao **dengue**, este assume outros contornos que não são do dengue, pois estão a falar do vetor transmissor e aquela Casa tem feito um trabalho exemplar através do seu plano municipal de combate ao mosquito *aedes aegypti*, porque tem sido feita a monitorização e todo um trabalho de acompanhamento e de sensibilização a toda a população, seja aos comerciantes, seja através de porta a porta de cada um dos munícipes, inclusive através da Fiscalização Municipal de Obras. -----

Salientou que neste momento não há financiamento comunitário aprovado pelo gestor, que é o Governo Regional, para aquela matéria e é fundamental que a Câmara daqui para a frente possa ter capacidade de candidatura a projetos, que venham a dar consequência ao trabalho já desenvolvido por esta. -----

Sobre a questão da **Cultura** disse que o Conselho Municipal da Cultura não é bem um Conselho Municipal, é mais um grupo de Conselheiros que foram por ele escolhidos, porque não há a configuração de um regulamento municipal. -----

São pessoas que habitualmente são por ele consultadas para abordar os assuntos da Cultura, nomeadamente a estratégia que está a ser seguida no âmbito cultural da Cidade



do Funchal. São consultados conforme as necessidades e as suas áreas de formação ou profissionais, e têm-lhe dado diversos contributos que considera muito úteis para aquela Autarquia. Como por exemplo, a questão do Teatro Municipal Baltazar Dias e daquilo que tem sido um incremento na melhoria da qualidade da Cultura, através da principal sala de espetáculos da Região. -----

Como tal, só no ano de dois mil e quinze tiveram duzentos e trinta e um espetáculos, mais trinta e um do que em dois mil e catorze, ano já da gestão daquele Executivo. Tiveram também quarenta e quatro mil duzentos e quarenta e dois espetadores durante o ano transato, mais de vinte e cinco por cento de espetadores do que no ano de dois mil e catorze. -----

Têm ainda apostado muito, na comunicação e numa Cultura próxima das pessoas, estando o Teatro muito mais próximo das pessoas através de uma vertente de comunicação e de informação que é essencial naquela área da cultura. -----

Detêm uma agenda semanal, um site oficial, as redes sociais e a divulgação de eventos em plataformas nacionais e até internacionais, ganhando assim credibilidade e espaço naquilo que é o apoio à Cultura. -----

Também apoiam diversas produções culturais, onde só no ano transato foram apoiadas trinta e oito produções de entidades, associações ou agentes culturais. -----

Destacou outro aspeto muito interessante que são as visitas guiadas, que vem valorizar o património, que é o Teatro Municipal. Onde no ano transato realizaram-se oitenta e nove visitas, com mil seiscentos e sessenta e nove visitantes, um incremento de mais vinte por cento relativamente ao ano de dois mil e catorze. -----

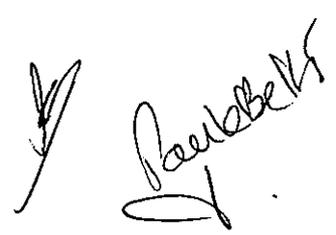
Logo, estes são dados que os deixam satisfeitos no que diz respeito à questão / preocupação do Senhor Deputado, que legitimamente, fez naquela Assembleia. -----

- **Aos Senhores Deputados Lino Abreu, do CDS/PP e Carlos Rodrigues, do PPD/PSD** sobre a questão da nomeação para **Melhor Autarquia 2016** disse que esta deve de ser antes de mais, de toda a satisfação para os Funchalenses até para todos os Madeirenses. No entanto, parece-lhe que há algum ciúme pelo trabalho feito por aquela Autarquia no que diz respeito ao Turismo. Porque aquela Casa não tinha sequer um Departamento de Economia, nem tinha tido uma ação no âmbito do Turismo como efetivamente têm tido, havendo já frutos daquilo que estão a fazer e que está a dar resultados. -----

Sobre o prémio da "Publituris", que é para o ano dois mil e dezasseis, reconhecem sem qualquer problema que o mesmo não é só daquela Autarquia, mas também daquela Autarquia. Essencialmente porque quem está e quem tem a responsabilidade de gerir uma Cidade para o bem e para o mal, também tem de recolher frutos relativamente àquilo que é o reconhecimento do trabalho que tem sido feito, pelo que aproveitou para enaltecer o trabalho dos Técnicos daquela Câmara no âmbito nomeadamente do Turismo, que tem sido exemplar e têm dado um passo significativo numa área em que aquela Autarquia sempre foi muito descuidada, e que é um setor essencial para a economia local e para a economia da Região. -----

Reconhecem também todo o trabalho feito pelos agentes hoteleiros, desde a restauração, a hotelaria, os animadores turísticos que têm um papel fundamental naquele prémio, passando por todos os funchalenses na forma como acolhem aqueles que nos visitam, e que faz também toda a diferença naquilo que é um produto turístico que querem e estão a qualificar. -----

- **Ao Senhor Deputado José Carlos Ferreira, do PCP/PEV-CDU** sobre a **questão dos herbicidas**, informou que já estão com esse programa e têm vindo, e vão continuar, a diminuir aquilo que tem sido a ação da Câmara nesse domínio, porque do ponto de vista ambiental é aquilo que consideram o mais correto. -----



Quanto ao **Desperdício Alimentar**, estão de acordo com o proposto, até porque estiveram presentes em Lisboa, na pessoa da Senhora Vereadora Madalena Nunes, onde aquela Autarquia foi uma das que assinou o Pacto de Milão sobre a Política da Alimentação Urbana, pelo que considera que aquele Pacto se enquadra naquela proposta. -----

- **Ao Senhor Deputado Eduardo Welsh, Independente** sobre as questões que ali colocou disse-lhe que todos têm desilusões nas suas vidas, e que também se tem desiludido ao logo da sua vida. Nomeadamente na sua vida política, com algumas pessoas na sua intervenção política, porque por vezes parece-lhe que se combate mais aquela Autarquia e aquele Executivo do que propriamente se combate o PPD/PSD. -----

Embora pondere que todos devem de estar imbuídos no mesmo caminho daquilo que é e de quem tem governado a Região durante aqueles quarenta anos. Assim deveriam de ter uma ação que fosse mais concertada, e não desviar o foco para outros que fizeram a Mudança, retirando o poder a esse mesmo PPD/PSD. -----

Sobre a questão do **livro do Dr. Alberto João Jardim**, esclareceu que foi um quesito que veio na sequência de uma sua intervenção na Rádio TSF e que deu origem a um título no Diário de Notícias. Todavia o que disse foi que se houvesse uma proposta para a publicação do livro iria ser analisada pelos serviços competentes, tal como aceitam diversas propostas de diversas entidades e de diversas personalidades. -----

A título de exemplo, acrescentou que na reunião de Câmara do dia anterior, foi aprovada uma proposta da Professora Raquel Varela para a publicação, no Funchal, de uma obra sobre o período de transição do estado novo para a democracia, a História Económica e Social do Funchal em 1974 / 75, que irá ser publicada por aquele Executivo. -----

Portanto, como se pode observar têm uma perspetiva democrata, sem qualquer obsessão seja lá pelo que for, naquilo que são os seus princípios e naquilo que consideram ser matéria de interesse municipal. -----

- **Ao Senhor Deputado Pedro Gouveia, do PPD/PSD** que colocou a questão da **Paragem junto ao Infantário da” Rochinha”**, disse não ter conhecimento dessa questão mas sobre as questões das Paragens, o que é habitual fazerem é uma articulação com a Empresa dos Horários do Funchal e com as Juntas de Freguesia, ou até com os próprios cidadãos quando lhes solicitam algum tipo de Paragem, colocando as Paragens cobertas de Autocarro no fim de cada uma das linhas como lhes exige a Empresa Horários do Funchal. Noutras circunstâncias, são as próprias Juntas de Freguesia que solicitam ao Município e este adjudica através do caderno de encargos, a construção da respetiva Paragem de Autocarros. -----

Contudo, irão dar toda a atenção a esse abaixo-assinado e a todas as considerações que fizeram relativamente àquela Paragem. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que aproveite a ordem de trabalhos para prestar os esclarecimentos que lhe faltam, e introduzir os temas que entender na apresentação da informação escrita, dado o facto de já ter largamente ultrapassado os sessenta minutos do PAOD, ao que o mesmo anuiu. -----

De seguida informou que a **Proposta de Recomendação proposta pelo CDS/PP** no sentido da atribuição de uma Medalha de Mérito aos Senhores dois Árbitros Internacionais de Andebol irá ser substituída. Pelo que, o que irão votar será um Voto de Congratulação pelo desempenho dos mesmos nessa função, a qual será traduzida no Dia da Cidade com a entrega a cada um de um Diploma por parte daquela Autarquia. -----

Contudo, a **Senhora Deputada Guida Vieira, do GMM**, replicou que não poderia votar porque não sabe quem são os Senhores propostos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que se a mesma não sente que tem informação suficiente que lhe permita votar favoravelmente a proposta, votará de acordo com a informação que tem disponível. -----

Não havendo mais dúvidas sobre aquela proposta passou-se à votação das seguintes Propostas apresentadas: -----

- **Proposta de Resolução – Elaboração do Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar**, apresentada pelo PCP/PEV-CDU, **aprovada por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo dezasseis do GMM, quinze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

- **Proposta de Resolução – Interdição do uso do Glifosato pelos serviços camarários**, apresentada pelo PCP/PEV-CDU, **aprovada por unanimidade** com quarenta votos a favor, sendo dezasseis do GMM, quinze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

- **Moção Pela Justiça na Tributação do IMI**, apresentada pelo GMM, **aprovada por maioria** com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis do GMM, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e dezoito abstenções sendo quinze do PPD/PSD e três dos Deputados Independentes. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU congratulou-se por pelo menos dois dos considerandos que estão na Moção apresentada, terem sido também propostas do PCP/PEV-CDU na mesa de negociações. Como tal, não poderiam votar de outra forma que não fosse favoravelmente. -----

Em relação a dois apelos que foram feitos, se calhar o Deputado Socialista que está na Assembleia da República, está em melhores condições de fazer essa pressão junto do atual Governo, para que os mesmos, agora aprovados naquela Assembleia Municipal, possam ser considerados nesse mesmo Orçamento tendo em conta que será depois votado na globalidade já proximamente. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD declarou que se absteram em relação àquela proposta, uma vez que votar contra não faria todo o

sentido, porque contém também algumas medidas com as quais concordam, mas não podem votar a favor porque quando um Orçamento de Estado mexe no IMI, cumprimenta “com o chapéu alheio”, porque vai retirar, crescer ou o que quer que seja, nas despesas das Câmaras Municipais. -----

Até porque a Associação Nacional de Municípios, da qual aquela Câmara ainda faz parte, naquela semana insurgiu-se contra a posição do Governo da República de não ter ouvido as Autarquias, em relação às alterações em sede de IMI no Orçamento de Estado. -----

Porém, aquela Câmara vem vangloriar e fazer publicidade ao governo “geringonça” e não defendem o direito da Autarquia de ser ouvida naquelas questões. -----

- Voto de Congratulação pela nomeação do Funchal para melhor autarquia dois mil e dezasseis nos “Publituris Trade Awards”, apresentado pelo GMM, não aprovado com dezoito votos contra, sendo quinze do PPD/PSD e três do CDS/PP, dezasseis votos a favor do GMM e seis abstenções sendo três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU declarou que toda aquela situação poderia ter ficado resolvida, se tivesse passado de um Voto de Congratulação a um Voto de Saudação de todo o trabalho feito pelo Executivo, pela Vereação, pela Assembleia Municipal e pela Câmara na totalidade, como muito bem disse o Senhor Presidente na sua intervenção. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente começou por dizer que a Senhora Deputada Herlanda Amado, sua predecessora, com mestria “tirou-lhe” as palavras da boca, porque era precisamente também aquela a sua nota da declaração de voto. -----

Por isso, simplesmente acrescentou que se abstiveram porque no texto do Voto apresentado existe uma implícita intencionalidade muito franca de surfar uma ideia apenas.



3 – O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva de Abreu, do CDS/PP também referiu estarem inteiramente de acordo com o que disse a Senhora Deputada Herlanda Amado, pois não estão contra qualquer distinção ou qualquer nomeação que a Cidade venha a obter. -----

Estão contra é colocarem esse trabalho a apenas um Executivo que está a desempenhar a Mudança, porque isso é um trabalho de todos. -----

- **Voto de Congratulação pelo desempenho de dois árbitros internacionais de Andebol**, apresentada pelo CDS/PP, **aprovado por maioria** com trinta e seis votos a favor, sendo doze do GMM, quinze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, três dos Deputados Independentes e quatro abstenções do GMM. -----

- **DECLARAÇÕES DE VOTO:** -----

1- O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD declarou que a votação daquela bancada teria que ser a favor, porque efetivamente trata-se de um feito extraordinário e histórico, pois é a primeira vez que uma dupla de arbitragem daquela modalidade em Portugal chega àquele patamar. -----

Porém, achou impróprio a abstenção de alguns Deputados Municipais que aduziram desconhecer os cidadãos propostos ao louvor, porque mesmo desconhecendo a questão do Desporto, a documentação chegou-lhes em tempo útil permitindo-lhes procurar informações e promover a discussão, para poderem tomar em consciência e bem informados a decisão que acabaram de tomar. -----

Como tal, considera até que aquele louvor deveria ser estendido até à AAM - Associação de Andebol da Madeira, a todos os Clubes Desportivos e a todas as Famílias Funchalenses que contribuem para que haja Cidadãos daquele nível. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP declarou e recomendou que o voto que acabou de ser ali aprovado, seja enviado para os órgãos associativos da AAM- Associação de Andebol da Madeira e para o órgão federativo

Federação Portuguesa de Andebol, no sentido de terem conhecimento que de alguma forma é uma justa homenagem que a Cidade do Funchal irá no Dia da Cidade, destacar estes dois Cidadãos do Concelho do Funchal, Árbitros Internacionais. -----

O que também vai de encontro à estratégia que o Senhor Presidente da Câmara ali focou sobre o Turismo do Funchal, porque estes poderão e muito bem, ser embaixadores do Turismo do Funchal em vários pontos do Mundo onde representam a Cidade do Funchal.

3 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM informou que votaram favoravelmente daquele documento, porque para além de verificarem que o mesmo foi alterado, não sofrem de partidarite aguda nem de demagogia. -----

Aliás, considera que todos os desportistas amadores merecem todo o aplauso, o apoio e atenção que inúmeras vezes tem faltado o Executivo Regional lhes dar. -----

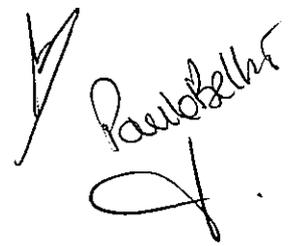
Todavia, a homenagem que se faz àqueles desportistas, que através do seu empenho conseguiram resultados de sucesso, deveriam merecer um breve resumo biográfico em anexo. -----

No entanto, fica o voto da esmagadora maioria daquele grupo municipal para com aquele sucesso, principalmente do empenho pessoal daqueles Funchalenses e que os desportistas da RAM mereçam todo o apoio possível do Governo Regional. -----

4 – A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM expôs que a proposta do CDS/PP enviada por email, para atribuir uma Medalha de Mérito Municipal a dois Senhores Árbitros de Andebol, segundo o Regulamento de Atribuição de Medalhas, carece obrigatoriamente do envio de um pequeno resumo do currículo dos mesmos. -----

Contudo, os proponentes não o fizeram, pelo que reformularam a proposta oralmente apenas ao Senhor Presidente da Mesa, passando-a a Voto de Congratulação. -----

Por isso, enquanto Deputada Municipal tinha apenas conhecimento da proposta que recebeu para discutir, e como não é obrigada a saber quem são os Senhores (as)



Madeirenses que têm participações internacionais e campeonatos, seja lá em que atividade for, não podia votar em pessoas que desconhecia. -----

Concluiu apontando que os Senhores da Direita votaram contra a proposta anterior porque julgaram que esta defendia o mérito ao Executivo Camarário, mas sobre duas pessoas que a maior parte não sabe quem são, votaram a favor. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu início ao Período da Ordem do Dia, dando a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o **Ponto Um - Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município em observância do disposto na al. c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, contudo este aproveitou a ocasião para terminar o período anterior naquilo que foram as questões colocadas, começando por esclarecer o **Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** dizendo: "Confesso que hoje de manhã, ao ler o Jornal da Madeira não deixei de ficar surpreendido, porque o Senhor tem uma coisa que me faz falar só e comecei a falar sozinho. E há aqui duas questões que eu não percebo Senhor Deputado. -----

Uma é, eu sei que o Senhor Deputado faz parte do Conselho de Juventude mas se calhar a idade já vai pesando e a memória vai faltando, portanto eu acho que a sua presença no Conselho Municipal de Juventude deve ser revista por uma questão de memória, ou então o problema pode ser mais grave que é uma falta de comunicação, pelo que eu até sugeria que houvesse talvez um telefone direto entre o Senhor Vereador do CDS/PP e o senhor Deputado Municipal para estar informado daquilo que acontece, ou então leia as atas da Câmara Municipal. -----

Porque efetivamente o poder de fiscalização da Assembleia Municipal implica fiscalizar a ação da Câmara Municipal, onde V. Exa tem um Vereador no Executivo, porque esta matéria já foi alvo de informação na Câmara Municipal, até na comunicação social isto foi alvo de ataque a este Executivo, porque estaríamos aqui a atacar o Dr. Miguel Albuquerque,

etc., portanto Senhor Deputado ou é uma questão de memória ou é uma questão de comunicação com o seu partido. -----

Pois, no dia 17 de dezembro de 2014 nós informamos a Autarquia do relatório preliminar relativamente a esta auditoria, no dia 6 de fevereiro de 2015 nós entregamos o relatório final nesta Câmara e no dia 7 de fevereiro foi enviado ao Tribunal de Contas e está em apreciação. -----

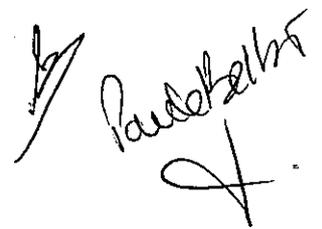
Se me der o privilégio eu posso entregá-lo pessoalmente, através de uma Pen, já que fez o requerimento, e não é preciso esperar 10 dias, e as restantes serão entregues aos outros grupos municipais aqui presentes, que volto a dizer cujo relatório final foi em 7 de fevereiro de 2015. -----

Portanto, Senhor Deputado Municipal nós temos os nossos órgãos, foi entregue na Câmara foi entregue no Tribunal de Contas, fizemos o nosso trabalho por isso tem aí toda a informação que foi requerida e satisfeito o seu pedido. -----

Agora, recomendo ao Senhor Deputado a que, ou na questão da memória ou na articulação com o seu partido, faça algum esforço para melhorar pelo menos essa falta que leva depois a situações como esta. -----

No que diz respeito a mais informação gostaria de dizer que, já que estamos a falar de balanços, no que diz respeito à limpeza e ao ambiente nós fizemos durante o ano de 2015, limpezas profundas no âmbito dos bairros sociais num total de 19 intervenções e limpamos mais de 21 toneladas de lixo, todos os meses estas limpezas são feitas e continuaremos a fazê-las. -----

Relativamente a outro tema, nós apresentamos a nossa estratégia para o Turismo, um plano que visa promover e qualificar a oferta do produto turístico do Funchal. O setor do Turismo é essencial e a Autarquia tem competências próprias nesta matéria, e nós não abdicamos de exercer essas mesmas competências naquilo que é uma estratégia alicerçada não do nada, mas que é feita com base em análises estatísticas, com base na



estratégia elaborada pela ACIF para a Região Autónoma da Madeira e o Plano Nacional Estratégico do Turismo de Portugal. -----

Logo, todo este documento municipal foi feito e alicerçado nesses documentos, eu diria de um âmbito mais macro, e foram feitos naquilo que nós consideramos ser o contributo do Funchal para o Turismo Madeira e o Turismo Portugal. Isto tem benefícios óbvios na economia local, e estamos a falar de um plano que tem ações concretas para 2016 e 2017. É um programa de ação concreto com algumas medidas já feitas, outras que estamos a inovar mas que enquadram e são enquadradas todas numa estratégia. -----

Porque todos nós sabemos os bons resultados do Turismo no ano de 2015, e a verdade é que é importante que haja alguma estratégia para a sustentabilidade e uma durabilidade desses benefícios do Turismo, para estarmos menos dependentes e menos vulneráveis no que diz respeito ao Turismo no Funchal e na Região. É claro que com este plano estratégico que foi apresentado, nós pretendemos garantir e valorizar a qualidade do nosso produto, e a Autarquia pode acrescentar valor àquilo que é o produto turístico da nossa Região, comunicar adequadamente todo esse produto e fazer com que quem nos visita tenha o máximo de experiências, porque a nível local podem proporcionar-se mais experiências. - E aquilo que se pretende é que hajam aqui efeitos, nomeadamente, o grau de satisfação dos Turistas que nos visitam é de 70% e achamos que está perfeitamente ao nosso alcance nós podermos ter outros valores que não esses dos 70%. Também queremos aumentar o número de Turistas e fazer com que permaneçam mais tempo na Cidade do Funchal. --- A média dos Turistas que nos visitam é 5 / 7 dias o que pensamos que pode ser ampliado além do consumo e das receitas que deixam na Cidade. É claro que há segmentos turísticos que gostaríamos de privilegiar, gostaria de vos informar que a questão do turismo acessível, ativo, cultural, urbano e do turismo de bem-estar são segmentos que nós estamos a privilegiar. -----

Há outro aspeto que gostaria também de referir que é a questão de prémios que nós temos recebido, e há sempre queixas da limpeza e cuidado da Cidade que já não colam, tal o disparate que significam e diria até o insulto aos nossos funcionários e ao esforço que é feito relativamente aos trabalhadores e na sua ação diária, e sabendo nós da dificuldade e diminuição de recursos humanos relativamente àquilo que é nomeadamente o Departamento do Ambiente. -----

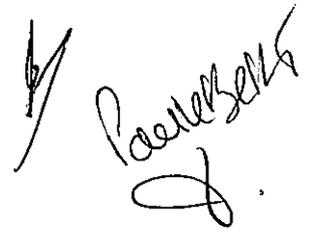
Portanto, tenho o direito de julgar as suas opiniões e o que é feito e por isso nós tivemos todo o orgulho, que acho que se devia estender a todos os Funchalenses, no hastear nos Paços do Concelho da Bandeira Verde que aconteceu no dia 8 de janeiro. O Funchal pertence a um grupo de elite onde está entre as 25 autarquias que foi melhor classificada nestas questões do Galardão EcoXXI da Bandeira Verde, feito pela Associação Bandeira Azul, portanto somos o único Município da Região e estamos dentro dos 25 Municípios Nacionais. -----

Questões como a limpeza urbana, recolha de resíduos, a reciclagem e a água estão inseridos nestes indicadores que foram aqui abordados neste galardão que foi hasteado". -

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** interpelou a Mesa e pediu para ser informado de qual o ponto que estão a apreciar, porque aquilo a que acabou de assistir não foi a apresentação do Ponto Um - Relatório de Atividades, mas a continuação de uma série de pontos que estavam a ser discutidos no PAOD. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que fez um repto ao Senhor Presidente da Câmara para aproveitar os dez minutos que tinha de introdução para o Ponto Um, para findar os esclarecimentos que tinham ficado por esclarecer no PAOD. -----

Como tal, o Senhor Presidente da Câmara acabou por esclarecer os Senhores Deputados que ainda não tinham sido esclarecidos. -----



Posteriormente, no âmbito daquele Ponto fez a sua intervenção abordando os assuntos que achou mais relevantes, pelo que está feita a apresentação do Relatório de Atividades.

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** também interpelou a Mesa para, face ao precedente aberto na continuação do PAOD, lembrar que há duas questões que ainda não lhes foram esclarecidas. Uma sobre a Opção Gestionária, e a outra sobre o 20 de Fevereiro que o Senhor Vereador Domingos Rodrigues ainda não esclareceu, como o Senhor Presidente da Câmara havia dito. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** clarificou que os (as) Senhores (as) Deputados (as) têm agora no âmbito daquele Ponto e do tempo de intervenção de cada Grupo, a oportunidade de colocarem as questões que entenderem que ainda não foram devidamente esclarecidas, assim como outros assuntos relacionados com a atividade da Câmara, depois o Executivo, nos vinte minutos que têm, usará da palavra para efetuar os devidos esclarecimentos. -----

Todavia, voltou a referir que quando a Mesa constatou que os vinte minutos que o Senhor Presidente da Câmara teve no momento anterior não foram suficientes para esclarecer, teve o bom senso de colocar o repto ao mesmo para o fazer dentro do tempo da apresentação do Ponto Um, para que todos os Senhores Deputados ficassem esclarecidos. Assim, deixou o repto para que haja bom senso, maturidade e o mínimo de cordialidade para a agilização dos trabalhos. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU** voltou a intervir desculpando-se e agradecendo os esclarecimentos que o Senhor Presidente da Mesa acabou de proferir, porém a causa da sua anterior interpelação foi no sentido de que alguém lhe cortou a palavra, dizendo que as suas perguntas não faziam sentido porque não se encontravam no primeiro ponto. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** voltou a esclarecer que da sua parte jamais fará algum juízo de valor sobre o teor das intervenções no âmbito daquele ponto, porque como

aquele é um ponto que tem uma abrangência lata que versa toda a atividade da Câmara, pelo que qualquer questão relacionada com o município poderá e deverá ser colocada. --

--- **O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP** interpelou a Mesa na qualidade de líder da bancada do CDS/PP e manifestou o seguinte: “Eu tive a oportunidade de ouvir algumas palavras que o Senhor Presidente estava a falar sobre o meu colega Deputado Gonçalo Pimenta, e por muita consideração e estima que tenho por si Senhor Presidente, não posso aceitar as palavras que lhe dirigiu. -----

As ofensas pessoais que atribuiu aqui em relação a por em causa o trabalho feito no Conselho de Juventude Municipal pelo Deputado Gonçalo Pimenta. -----

Não sei se é vontade sua de exonerá-lo do organismo autónomo e que foi indicado pelo CDS/PP, se quiser faça-o por escrito e ponha à consideração do CDS/PP. -----

Também não sei se a Câmara está incomodada e com receio com o trabalho feito pelo CMJF, o que é facto é que está a desempenhar um bom trabalho que até é elogiado pelo grupo de trabalho que lidera junto da juventude. -----

Em relação ao pedido que foi feito pelos Deputados Municipais sobre o trabalho de Auditoria e pôr em causa a ligação do Grupo Municipal com o Vereador, Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Assembleia nós temos toda a legitimidade para pedir seja lá o que for, mesmo sabendo que o nosso Vereador tem conhecimento ou não, não está em causa tudo o resto, pedimos e vamos continuar a pedir porque achamos oportuno pedir os elementos que foram já anunciados há muito tempo atrás do relatório que tinha que ser feito por esta Câmara”. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondendo àquela interpelação disse que aquele pedido já foi pessoalmente acedido e respondido, com a entrega da Pen do suporte digital com a informação pretendida. -----

INSCRIÇÕES: -----



1 - A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU começou por dizer que ficaram satisfeitos por as informações solicitadas sobre as várias questões que foram elencadas por estes sobre a Causa Animal, finalmente lhes serão feitas chegar. -----

Depois voltou a recolocar as questões do 20 de Fevereiro, ficando a aguardar os esclarecimentos do Senhor Vereador Domingos Rodrigues. -----

Voltando a dirigir-se ao Senhor Presidente da Câmara pediu as seguintes clarificações: --

- Se existe alguma forma de sanção sobre o Executivo se não avançarem com a redução remuneratória dos trabalhadores? Se sim, qual? -----

- Se essa alteração é coisa recente, porque não tinham essa indicação? -----

- Se independentemente de as decisões estarem a decorrer em Tribunal, como no caso concreto do SINTAP, o Executivo não pode deixar de avançar com a redução salarial destes setenta e dois trabalhadores? -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Donato Paulo Vares Macedo, Independente

começou por referir-se a algumas incongruências apresentadas no Relatório de Atividades, que se crê que deva de ser um documento com algum grau de seriedade e cuidado quando se esclarece algumas coisas, tais como: -----

- Embora a IV Edição do Concurso de Biodiversidade ainda não esteja concluída no respeitante às entregas dos Prémios às Crianças, na página quarenta e um e quarenta e dois, há já uma alocução sobre a V Edição do Concurso de Biodiversidade. -----

- O projeto ClimaAdaPT-Local teve o seu início em dois mil e quinze, apesar de na página quarenta e dois, referir que o projeto ClimaAdaPT-Local teve o seu início em janeiro deste ano. -----

Ultimou pedindo que lhe seja esclarecido com o devido cuidado se o Canil Municipal tem uma página oficial em algum site, porque não há uma única referência não só naquele

Relatório de Atividades, como no portal oficial da Autarquia, para qualquer questão relativamente às condições a que os proponentes a adotar o animal possam candidatar-se.

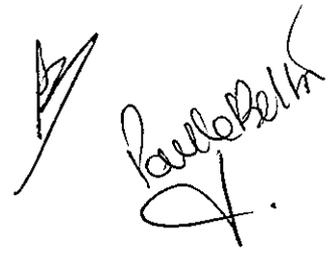
3 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente pediu ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimentos sobre o que é que está a ser feito para que a situação dos Stands do Mercado Municipal dos Lavradores, que se encontram sem ocupação há algum tempo, seja resolvida. -----

4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, do PPD/PSD dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que por este lhe ter respondido utilizando uma verborreia, lhe irá refutar da mesma forma: -----

- “- Disparate é aquilo que o Senhor faz no Conselho de Juventude. -----
 - Disparate é aquilo que o Senhor faz nos seus planos que ficam desertos e que ninguém adere. -----
 - Disparate é aquilo que o Senhor fez e está a fazer no Mercado Municipal do Funchal. ---
 - Disparate é aquilo que o Senhor fez e está a fazer na Rua Dr. Fernão de Ornelas. -----
 - Disparate são as medidas de Mobilidade que foram aprovadas e implementadas e que não resultam. -----
 - Disparate é a perseguição e a forma como gere o pessoal desta Câmara. -----
- Isso sim são disparates, em suma a sua gestão é um disparate global.” -----

5 – O Senhor Deputado Municipal Lívio Rómulo Soares Coelho, do PPD/PSD em primeiro lugar referiu que naquele Relatório de Atividades, não há uma única referência às atividades do Conselho Municipal de Juventude do Funchal, que são parte integrante daquela Câmara e na qual o Senhor Presidente da mesma é também Presidente. -----

Além daquela ressalva questionou o Senhor Presidente se está a par de uma situação surgida aquando da iniciativa da Tocha do Desporto, pelo facto de no fundo coartarem uma atividade que é da tutela da Vereação, em que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho enviou um email no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze



pelas onze e um minutos, a todos os membros do CMJF, com o conhecimento da Senhora Vereadora Madalena Nunes, referindo que conforme informação do gabinete da mesma, não participariam naquela atividade. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** antes de dar a palavra ao Senhor Deputado Domingos Abreu informou que a Mesa recebeu uma retificação ao conteúdo dos Acordos de Execução, que vão ser apreciados e votados no Ponto Oito daquela ordem de trabalhos. Retificação essa com incidência no Acordo de Execução da Freguesia de São Roque e da Freguesia de Santa Luzia, que será considerada no âmbito da apreciação do respetivo ponto. -----

Transmitida aquela informação passou a palavra ao **Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD** que começou por congratular-se pela melhor integridade do Relatório de Atividades da Câmara, porque é a primeira vez que não recebem o Relatório Anexo do Senhor Presidente da Autarquia. -----

Embora o mesmo prossiga com a mesma elaboração e o mesmo modelo o que não facilita a leitura, a organização e a procura da informação no próprio Relatório, porque não tem um índice, nem uma estrutura que se possa utilizar em termos de organização de informação e procura dos temas em concreto. -----

Ainda como exemplo suplementar ao que foi referido pelo Senhor Deputado Donato Macedo, chamou a atenção que não é perceptível o conteúdo da página cento e seis, o que o leva a crer que estão a gozar com os membros municipais daquela Assembleia. E que não percebem o papel e a função que os mesmos têm na análise, apreciação e fiscalização. Depois referindo-se às páginas vinte e vinte e um, que anuncia que o processo relativamente ao Câmara à Porta, encontra-se em processo de revisão, questionou: -----

- Em que fase de revisão? -----
- Quais os mecanismos de revisão? -----
- Quando se espera a revisão? -----

- Porquê essa revisão? -----

7 - O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira, do GMM referindo-se à Tocha do Desporto leu uma passagem dos emails que a Junta de Freguesia de São Martinho recebeu do Presidente da Comissão Permanente do CMJF, no dia dezanove de novembro de dois mil e quinze: *Solicitamos ainda, de acordo com a articulação entre o Senhor Vereador Miguel Gouveia e a Senhora Vereadora Madalena Nunes, de dentro das vossas disponibilidades orçamentais...* -----

E no dia vinte de novembro do mesmo ano um outro da Secretária da Senhora Vereadora Madalena Nunes, enviado a todas as Juntas de Freguesia, com vários considerandos em que no ponto cinco dizia o seguinte: *Mais se acrescente que a Câmara Municipal do Funchal, nomeadamente os Vereadores Miguel Gouveia e Madalena Nunes, declinam qualquer responsabilidade sobre esta solicitação, não exararam qualquer despacho que que desse acolhimento à mesma, nem sobre tal foram consultados.* -----

Daí a sua resposta referida pelo Senhor Deputado Gonçalo Pimenta. -----

Prosseguindo ajuizou que aquela Comissão Permanente se organize e que façam as coisas de acordo com todas as partes, porque também no ano passado o Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, Presidente da referida Comissão, reuniu-se na Junta supramencionada, pedindo um patrocínio para um lanche para um grupo que ia dar um passeio de Catamaran, ao que lhe foi demonstrado que não deveria ser só aquela Junta a patrocinar um lanche para toda a Cidade, mas que de qualquer modo apresentaria aquele pedido na reunião da Junta. -----

Todavia, antes de a decisão ser tomada recebeu um email da Comissão com um cartaz a anunciar o referido passeio, com o apoio de um lanche pela Junta de Freguesia de São Martinho, pelo que contactou de imediato o Deputado Gonçalo Pimenta para retirar o cartaz o qual acedeu. -----



Pronunciando-se sobre o Voto de Congratulação disse que quando o trabalho é bem feito todos são responsáveis por este, mas quando são coisas menos positivas a culpa é só de uma entidade que é o Executivo. -----

De seguida pediu à Vereação que esclarecesse o seguinte: -----

- Se a obra do Lido é uma obra do Executivo anterior? - Quem a adjudicou? - Quem negociou os Fundos Comunitários? - Quem é que realmente deu andamento à mesma? -
- Se este Executivo alterou a obra dos Barreiros subindo pisos? - Se autorizou a obra no espaço atrás do mesmo conhecido como o "galinheiro". -----

8 - A Senhora Deputada Municipal Guida Maria Vieira Martins, do GMM dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara alegou que no início do Relatório de Atividades da Câmara falta a informação do mesmo, porque é importante essa introdução enquanto Presidente e coordenador da atividade do Executivo. -----

Continuou a dizer que o Relatório está melhor mas que ainda é possível melhorá-lo, pelo que é nesse sentido a sua intervenção. -----

Assim, chamou a atenção para os seguintes pontos: -----

- Em vários Departamentos confundem-se com o que foi realizado e o que está para realizar, inclusive a linguagem que diz *realizar, promover*, porque não estão a apreciar o que vai ser realizado e o que vai ser promovido, mas sim o que aconteceu. -----
- Não considera profícuo em termos de apreciação estar descrito em várias folhas o que é que fizeram os Centros Comunitários, como por exemplo: *fez-se um jantar de Natal, comemorou-se os Reis, festejou-se o Santo Amaro, fez-se trajes de Carnaval...* Opinando que deveria de haver um capítulo com a síntese da atividade dos Centros. -----

- Não sabe a que se refere o teor da página cento e seis porque é impossível lê-lo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP** em virtude do que o Senhor Deputado Duarte Caldeira apontou, pediu defesa da honra dizendo:

“1º - É um desrespeito perante todos os colegas que trabalham arduamente e de uma forma graciosa e motivada na Comissão, e nunca ninguém de qualquer bancada ofendeu da forma como o Senhor Deputado Duarte Caldeira ofendeu o grupo do qual eu tenho a honra de presidir. -----

2º - Gostaria de saber se o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho e a Senhora Vereadora Madalena Nunes, enviaram o referido email para todas as outras Juntas de Freguesia da Coligação? -----

3º - Foi dito aqui determinadas situações que me ofenderam, inclusivamente a Senhora Vereadora Madalena Nunes também já na reunião de Câmara, da qual tive acesso através da Ata, ofendeu pessoalmente a minha pessoa. -----

Temos atas registadas de tudo o que sucede entre as reuniões da Comissão Permanente e a Senhora Vereadora Madalena Nunes. -----

Nós não andamos aqui tipo lacaios ou tipo um grupo de pessoas que pegaram na Comissão Permanente do CMJF e andam a trabalhar assim aos caça ventos, temos atas, temos pessoas que participam nas reuniões, temos decisões consentâneas e não é uma pessoa que manda na Comissão Permanente, são várias pessoas que fazem parte da Comissão Permanente. -----

Que fique bem claro ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, do qual é uma pessoa que tenho imenso respeito, já o conheço há muitos anos só que parece que a Democracia do Senhor Deputado está a mudar um pouco, o seu Pai é um democrata, agora pensava que o Senhor era um Democrata e afinal está-se transformando numa pessoa com uma visão de pouca democracia. -----

Outro ponto importante é que, e penso que mais nenhum colega nosso da Comissão Permanente está aqui para ser enxovalhado seja lá por quem for, não admitimos lições de moral de ninguém Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, e você sabe que tivemos uma reunião em que estava presente o Egídio como membro da Comissão



Permanente e sabe que essa conversa não vem de agora. Essa conversa já vem de trás e os seus colegas, alguns Presidentes da Junta de Freguesia, tiveram abertura e hombridade de nos receber e não fomos ofendidos como o fomos hoje aqui nesta Assembleia. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho se tem outras aspirações políticas diga quais são, agora não ofenda nenhum elemento da Comissão Permanente do CMJF nem nenhum elemento do CMJF.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra à Vereação para prestarem os esclarecimentos que entenderem sobre as questões que foram solicitadas no âmbito das intervenções dos Senhores Deputados. -----

--- **O Senhor Vereador Domingos Manuel Martins Rodrigues** em resposta da solicitação da **Senhora Deputada Herlanda Amado** esclareceu o seguinte: -----

“Para responder à sua questão diria dois pontos, um ponto mais concreto outro ponto mais estratégico. -----

Efetivamente nós neste momento estamos a terminar a revisão da **Carta de Riscos do Funchal**, essa revisão é no sentido de um maior detalhe que queremos ter. Exigência que tem depois aplicações não só no Plano Diretor de Emergência como no Plano Diretor Municipal. -----

Para esse efeito, já foi feito um levantamento de um estudo geológico e geotécnico de mais de uma centena de taludes, que tem como objetivo, não só de ter mais detalhe na cartografia, como definir prioridades de intervenção dos taludes que estão em pior estado do que os que estão numa situação melhor e também estabelecer um programa de monitorização. -----

Paralelamente foi efetuado, porque como se sabe nestas coisas dos desastres naturais convém ter, um levantamento aéreo que nos permita ter a realidade. Não é da nossa responsabilidade, devia de ser do Governo Regional, mas compreendemos que nestes momentos que são difíceis e porque a realização de ortofotomapas são levantamentos

muito caros, nós efetivamente fizemos um levantamento, que está em processo de elaboração, de algumas Zonas Altas do Concelho do Funchal, no sentido de podermos ter análises macros da situação real, mas entretanto já foram feitas algumas obras. -----

Eu compreendo que se fale no 20 de Fevereiro mas esta é uma questão em constante evolução, a vegetação recuperou, alguns taludes recuperaram, outros não recuperaram, há situações que estarão melhores, há situações que não estarão melhores e portanto foi nesse sentido. -----

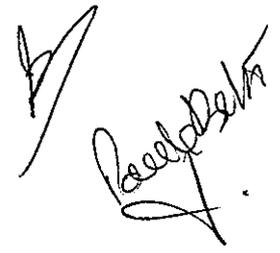
Também tomamos outras medidas como a da prevenção, da divulgação nas escolas..., que poderá ver no relatório. -----

Falando-lhe do ponto de vista estratégico, este Executivo reconhece as dificuldades que tem, sobretudo aquando da situação de emergência mas também na gestão do dia-a-dia pelo facto de não termos um centro de operações, basicamente é muito simples. -----

Quando o Senhor Presidente ou o Vereador vão para o Quartel dos Bombeiros, que como vocês sabem fica situado num local de perigosidade elevada, nós não temos nenhuma maneira de saber o que está a passar nesta Cidade, ou seja, o que seria normal era estarmos no centro das operações de onde pudéssemos ter câmaras, que não só nos permite ter uma visão da parte da mobilidade e tráfego como da parte, por exemplo dos incêndios florestais. -----

Nós sabemos aquilo que nos transmitem as pessoas que estão em determinados locais mas não temos uma visão da Cidade. Achamos que do ponto de vista estratégico um centro de operações neste momento para uma Cidade da nossa dimensão, tanto na vertente de tráfego como na vertente dos trabalhos assessorais é fundamental. -----

Obviamente que este centro não ficaria no atual Quartel dos Bombeiros, que como já disse não é o local apropriado, mas estamos neste momento com o desenvolvimento de projetos no sentido de recorrer a fundos comunitários para podermos ter essas duas valências. ---



Nós muitas vezes falamos do Ordenamento do Território, das Zonas Altas e de desastres naturais, mas a mobilidade é também importante. Se nós tivermos a capacidade de prever com três horas de antecedência e tivermos a capacidade de mover as pessoas do sítio com mais risco, para o de menos risco será uma situação ideal. -----

Portanto, é nesse sentido que do ponto de vista estratégico e do ponto de vista daquilo que é a estratégia deste Executivo, no que concerne aos desastres naturais, esta será uma das nossas prioridades. -----

À solicitação do **Senhor Deputado Donato Macedo** sobre o **Complexo Desportivo do Estádio dos Barreiros**, foi aprovado o projeto de arquitetura por deliberação tomada em reunião de Câmara no dia 30 de junho de 2010, que consistia na construção de um estádio e de um auto silo, foi emitido um Alvará de obra no dia 12/02/2011.” -----

De seguida o **Senhor Presidente da Câmara** tomou de novo a palavra, para acrescentar ao que o Senhor Vereador Domingos Rodrigues acabou de esclarecer, que no que diz respeito às **obras** no âmbito da Lei de Meios, na altura foram feitos contratos-programa entre a Câmara Municipal do Funchal e o anterior Governo Regional. -----

E todos esses contratos-programa foram por esta Autarquia totalmente concluídos e completados, naquilo que é a execução das obras à altura planeadas para serem executadas. -----

Sobre a questão da **Opção Gestionária**, esclareceu que tinham a obrigação de fazer o reposicionamento, sendo as consequências desde logo uma responsabilidade financeira que recairia sobre os membros daquele Executivo se não o fizessem. Da mesma forma que o Vereador anterior que tinha o pelouro das Finanças, Dr. Pedro Calado, ainda tem sobre si pendente essa mesma questão da responsabilidade financeira pela Opção Gestionária, pelo que informaram os trabalhadores e os sindicatos daquilo que podem fazer. -----

Em relação às várias questões relacionadas com o tipo de informação que é prestada sobre a **Atividade da Câmara**, informou que o que é feito é dentro dos moldes que antes era feito pelo anterior Executivo. -----

Embora observe que há imperfeições, erros e lapsos, o mesmo está melhor e tentarão melhorá-lo, sobre os aspetos que foram ali referenciados por alguns Senhores (as) Deputados (as). -----

Dirigindo-se ao **Senhor Deputado Eduardo Welsh** que colocou a questão do Mercado, informou que face à caducidade dos contratos anteriores houve um período de novas concessões que já estão atribuídas. -----

No momento, aquilo que está a ser feito são as obras de requalificação da responsabilidade de cada uma das empresas a quem foi concessionado o espaço para o objeto do negócio a ser concretizado, pelo que a delonga das mesmas não depende da Câmara mas das mesmas. -----

Sobre a questão do email evocado, que levantou alguma celeuma relativamente ao **CMJF - Conselho Municipal de Juventude do Funchal**, disse que o mesmo foi enviado a todas as Juntas de Freguesia. E que os ânimos empolgados que tem havido sobre o mesmo, no seu entender, devem-se à interpretação do que é um Conselho Municipal, pois seja qual for a índole e o objeto do mesmo, um Conselho Municipal é acima de tudo um órgão consultivo, um órgão que elabora pareceres, um órgão que elabora recomendações sobre a política da Câmara, neste caso sobre a política da Juventude. -----

Como tal, não compete a um órgão consultivo, seja ele qual for, a execução de atividades que possam inclusive envolver verbas, como explicou o Senhor Deputado Municipal Duarte Caldeira na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho, aquilo que aconteceu relativamente às verbas e aos pedidos de receita sobre aquela matéria, que envolveu até o Vereador Miguel Gouveia e a Vereadora Madalena Nunes. -----



Esclarecendo o **Senhor Deputado Domingos Abreu** sobre o Regulamento da Câmara à Porta disse que reconhecem que o mesmo continha dificuldades que impossibilitava a sua agilidade, pelo que no momento está a ser feita pelos serviços da Câmara Municipal uma revisão de adaptá-lo e aligeirá-lo na sua eficácia em termos de aplicabilidade. -----

À questão sobre o Lido, colocada pelo **Senhor Deputado Duarte Caldeira**, informou que após a sua destruição por altura do 20 de Fevereiro este sofreu várias fases. -----

Uma das fases foi a requalificação do Fortim do Lido e toda a área Este que tem estado aberta ao público e que foi inaugurada pelo seu antecessor, havendo uma parte, o enrocamento das piscinas do Lido, que foi iniciada quando ali chegaram. -----

Todavia, quem conseguiu o financiamento, quem aprovou o projeto, quem fez a abertura do concurso no dia vinte e nove de maio de dois mil e catorze, quem adjudicou a obra em dezembro de dois mil e catorze foi o atual Executivo, portanto houve um trabalho feito anteriormente e um feito no presente, de modo que aquilo que irá ser agora inaugurado é da inteira responsabilidade do atual Executivo. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU tendo em conta a intervenção do Senhor Presidente da Câmara expôs: -----

“Acho que não é de bom-tom, havendo aqui um conjunto de Senhores (as) Deputados (as) que fazem parte da Comissão Permanente do Conselho Municipal de Juventude do Funchal, e qualquer uma destas pessoas, eu incluída, esquecem-se completamente dos partidos que representam, seja direita, esquerda, centro o que quer que seja, temos conseguido trabalhar em conjunto. -----

E pergunto muito em concreto se na opinião deste Executivo, está ou não este grupo de trabalho, a Comissão Permanente para o CMJF, a fazer ou não um bom trabalho, se está ou não a respeitar as competências? -----

Porque conforme a Senhora Jurista Ana Paula teve a oportunidade de esclarecer, numa reunião que agradecemos, algumas das que eram as competências desta mesma Comissão Permanente, surgia dúvidas se podemos ou não reunir com entidades exteriores ao que foi respondido que sim, desde que haja um vínculo da Autarquia com essas mesmas entidades. -----

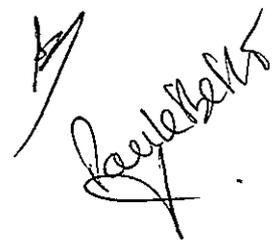
Tendo em conta também uma outra questão que foi levantada que tem a ver com a idade, a minha pergunta é: há um limite de idade, mínimo e máximo, para alguém pertencer à Comissão Permanente? - Que eu saiba não há. -----

E ninguém quando foi a constituição deste grupo de trabalho da Comissão Permanente para o CMJF foi imposto, qualquer um dos Jovens que participaram naquela reunião, e nós estamos a representar enquanto eleitos desta Casa. -----

Ninguém aqui está a tentar partidarizar nada, todos nós da direita à esquerda conseguimos reunir regularmente para tentar trabalhar em conjunto e em prol dos Jovens do Funchal. É a Cláudia da Mudança, o Egídio Fernandes do BE, é o Gonçalo Camacho do CDS/PP, é o Rómulo Coelho do PPD/PSD, sou eu, é assim que nós nos tratamos, por isso volto a perguntar: está ou não a ultrapassar as suas competências a Comissão Permanente do CMJF? Há ou não limite de idades? Porque sinceramente *quem não se sente não é filho de boa gente*, já começa a incomodar um pouco e esquecendo a cor partidária, não se pode continuamente apontar as limitações de quem quer que seja por uma questão de idade, é de mau-tom." -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente voltou a pedir ao Senhor Presidente da Câmara um esclarecimento sobre as obras necessárias nos Stands do Mercado dos Lavradores, porque lhe parece que muitas delas não são estruturais mas apenas de renovação do Stand. -----

3 – O Senhor deputado Municipal Lívio Rómulo Soares Coelho, do PPD/PSD solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que lhe respondesse àquilo que questionou,



relativamente à atuação e à ação da Vereação naquilo que são as atividades e naquilo que é a ação da Comissão Permanente do CMJF. -----

Porque tal como diz o ponto dois do email enviado pela Senhora Catarina Ferreira, Secretária da Senhora Vereadora Madalena Nunes: *A Comissão Permanente, eleita em plenário na reunião do dia 6 de abril do corrente ano, tem as competências vertidas no artigo 17º do regulamento municipal, nomeadamente para o que aqui importa, "coordenar as iniciativas do conselho e organizar as suas atividades externas".* -----

Pelo que a atividade que estão a debater é externa e foi colocada no Relatório de Atividades elaborado pela Comissão Permanente do CMJF, votado e aprovado por todos os seus membros presentes na reunião do CMJF de trinta de junho de dois mil e quinze, presidida pela Senhora Vereadora Madalena Nunes, a qual se disponibilizou para realizar as iniciativas, caso estes não tivessem nessa ação todo o apoio que fosse necessário. -----

Pelo que conclui que se há alguma falta de organização e se há falta de entendimento é por parte da Vereação, pois já se reuniram quer com o Senhor Presidente da Câmara, quer com a Senhora Vereadora e um diz uma coisa e outro diz outra. -----

Enquanto que a Comissão Permanente do CMJF sempre esteve unida, como disse e muito bem a Senhora Deputada Herlanda Amado, pondo todas as opções partidárias de parte para que de facto tudo funcione com um único ponto, que é estarem focados nos problemas da Juventude que é também uma das mais afetadas da Sociedade. -----

Aproveitou também para solicitar ao Presidente da Câmara que faça aligeirar o mais breve possível a realização das atas do CMJF. -----

Por fim salientou que aquele CMJF é o único na Região que está implementado. -----

4 – O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD em relação às obras do Lido disse que como é do conhecimento de todos, o mesmo na sequência do 20 de Fevereiro careceu de algum enquadramento em termos orçamentais e em termos programáticos, que como bem disse o Senhor Presidente da Câmara, foi feito

numa série de fases umas já feitas outras por fazer, inclusivamente o próprio lançamento do concurso e a negociação final dos processos. -----

Porém, o início da negociação com o IDR para que houvesse enquadramento em termos de financiamento comunitário começou, muito antes do atual Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que em resposta ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta, a Senhora Vereadora Madalena Nunes fez chegar à Mesa o documento em que se confirma que o mesmo foi enviado a todas as Juntas de Freguesia e que será distribuído a todos os Senhores Deputados presentes. -----

De seguida deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Em relação ao **CMJF** esclareceu que sobre a questão da idade não tem absolutamente nada contra, simplesmente do ponto de vista político lançou uma acha ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta. -----

Sobre as competências nada mais tem a acrescentar uma vez que já se referiram sobre as mesmas. -----

Quanto ao assunto da Tocha do Desporto não ter sido incluída no Relatório de Atividades, o mesmo se deve ao facto de não terem recebido nenhum relatório sobre como decorreu essa iniciativa. -----

- **Ao Senhor Deputado Eduardo Welsh** disse que de facto os Stands do Mercado dos Lavradores não necessitam de grande intervenção, mas não existe nenhum prazo para a conclusão da obra ou da adaptação por parte de quem foi atribuído o espaço, pelo que à Câmara apenas compete controlar e monitorizar se o pagamento a renda está a ser efetuado, o que se confirma. -----

- **Ao Senhor Deputado Domingos Abreu** começou por referir que como reconheceu aquilo que foi a primeira fase que já está concluída, julga que também devem de reconhecer que



o projeto, a negociação e o financiamento com o IDR, com a Vice-presidência e com a Secretaria Regional das Finanças foi diretamente feito pela sua pessoa. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que como foi acordado em reunião de Líderes os **Pontos Dois, Três e Quatro** serão discutidos em conjunto, e depois votados separadamente, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentá-los o qual passou a palavra ao **Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que se transcreve: "Estas primeiras Três Revisões Orçamentais ao exercício de 2016 vem em três documentos diferentes, porque tratam-se de alterações de génese diferente. -----

- **1ª Revisão ao Orçamento:** aquilo que se está a fazer não é mais do que a alteração que já foi feita no final do ano passado, para inclusão no Plano Plurianual de Investimentos na parte capital, a alienação de partes sociais de empresas nomeadamente da Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento como também foi aqui deliberado no final do ano passado. -----

Temos que voltar a fazê-lo, porque não houve a execução financeira desse euro no ano passado, valor simbólico pelo qual alienamos a nossa participação na Sociedade Metropolitana. Não por motivos da responsabilidade desta Câmara, mas porque outras Assembleias Municipais não o fizeram atempadamente e não se reuniram todas as condições para se fazer essa alienação de capital por parte de todos em simultâneo, uma vez que estamos a falar de uma Sociedade Metropolitana que tem pelo menos cinco participações entre a Câmara Municipal do Funchal, de Santa Cruz, Machico, Câmara de Lobos e o próprio Governo Regional. -----

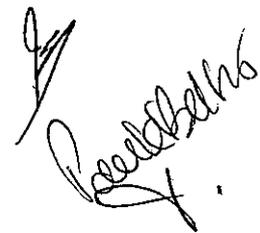
Como tal, temos que voltar a inscrever esta rubrica, ainda que por um euro do ponto de vista de regras orçamentais tem que ser aberto para podermos orçamentá-lo este ano e alienar definitivamente o capital na Sociedade Metropolitana. -----

- **2ª Revisão ao Orçamento:** trata-se de acrescer ao exercício de 2017 duas rubricas que tinham sido criadas e foram aprovadas no Plano Plurianual de Investimentos, que é o Plano de Mobilidade Urbana e o Software de Gestão que estavam previstos serem executados integralmente no ano de 2016. Mas no entanto, ainda vão ter no exercício de 2017 algum fluxo financeiro, assim temos que prever estas duas rubricas em 2017 além de 2016, apesar de ter sido incluído no orçamento aprovado em novembro de 2016. -----

- **3ª Revisão Orçamental e Plano das Atividades Relevantes:** é uma alteração ao Plano das Atividades Relevantes para prever duas rubricas, quer o Aluguer Operacional de Viaturas, que normalmente nós ao abrigo da Lei nº 197/99 só podemos contratar por três anos e aquilo que foi incluído no orçamento foi o Aluguer Operacional de Viaturas por três, no entanto, como vamos ter alguma execução o contrato só será assinado em setembro deste ano que é quando termina o contrato de Aluguer Operacional de Viaturas anterior. Significa que, vamos ter alguma execução em 2019 por tal facto, temos de incluir também em 2019 a componente de dotação financeira que está em falta e que à data do Orçamento não foi incluído no Plano de Atividades Relevantes. Ainda serão incluídas duas novas Atividades Relevantes por via da sua plurianualidade que no ano passado não foi incluído no plano de Atividades Relevantes. -----

Devo lembrar que as Atividades Relevantes não têm que ser o orçamento menos aquilo que é o investimento, não é toda a despesa corrente, são aquelas que são mais relevantes para a gestão do Município. E para podermos lançar um concurso novamente por três anos, devem ser inscritas, dizem as boas regras, no Plano de Atividades Relevantes uma vez que encerra aqui um conjunto de compromissos que tem uma execução em mais do que um exercício orçamental.

Como tal, estamos a sugerir a inclusão no Plano de Atividades Relevantes destes dois projetos, o de gasóleo e o de gasolina.” -----



--- Não havendo inscrições o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à **votação** dos seguintes Pontos: -----

- **Ponto dois - 1ª Revisão ao Orçamento – Ano Económico 2016, em observância da al. ccc) do nº 1 do art.º 33º e para efeitos da al. a) do nº 1 do art.º 25, da Lei nº 75/2013 de 12/09, aprovado por unanimidade, com trinta e nove votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes.** -----

- **Ponto três - 2ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos – Ano Económico 2016, em observância da al. ccc) do nº 1 do art.º 33º e para efeitos da al. a) do nº 1 do art.º 25, da Lei nº 75/2013 de 12/09, aprovado por unanimidade, com trinta e nove votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes.** -----

- **Ponto quatro - 3ª Revisão ao Orçamento e Plano das Atividades Relevantes – Ano Económico 2016, em observância da al. ccc) do nº 1 do art.º 33º e para efeitos da al. a) do nº 1 do art.º 25, da Lei nº 75/2013 de 12/09, aprovado por unanimidade, com trinta e nove votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes.** -----

--- Não havendo declarações de voto o **Senhor Presidente da Assembleia** passou para os **Pontos Cinco, Seis e Sete** para serem discutidos em conjunto, como havia sido acordado em reunião de líderes, passando depois a serem votados individualmente. Assim deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual passou novamente ao **Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** que transmitiu: “A Lei nº 8/2012 estabelece que é da competência das Assembleias Municipais autorizar despesas com cariz plurianual cujo montante exceda 100 mil euros ano. Daí trazermos este ano aqui à Assembleia alguns contratos que estavam a terminar, como é o caso da aquisição dos combustíveis em que vamos lançar um concurso por três anos, uma vez que os montantes envolvidos

anualmente são superiores a esses 100 mil euros como também estava estabelecido na Lei nº 197/99 que referi há pouco, que na altura já estabelecia 20 mil contos que hoje em dia são 100 mil euros, para contratos até ao máximo de três anos. E é isso que estamos agora a propor, a autorização da Assembleia para podermos proceder a três concursos que encerram compromissos Plurianuais superiores a 100 mil euros por ano, nomeadamente a Aquisição de Combustíveis, o Aluguer Operacional de Viaturas que decorre de 2016 até 2019.

Relativamente à autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais de Aquisição de serviços e gestão dos equipamentos elevatórios e do sistema de Tratamento e Destino de Águas Residuais do Funchal, foi um concurso que já existia há cerca de vinte anos e terminou no ano passado. Foi lançado um concurso por um ano e agora vimos propor o lançamento de um concurso por mais dois anos, sendo que dentro desses dois anos prevê-se que o valor base do concurso seja 388 mil euros acima dos tais 100 mil euros que eu referi que carecem de autorização da Assembleia para poder ser assumido. Como tal, o que se vem solicitar à Assembleia é a autorização para a repartição destes encargos plurianuais destas três contratações da Câmara Municipal. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à **votação** dos Pontos: -----

- **Ponto cinco - Proposta de Autorização para a repartição de encargos e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais de “Aquisição de combustíveis”, em observância das disposições previstas na al. ccc) do nº 1 do art.º 33º e art.º 24º, da Lei nº 75/2013, de 12/09 e nos nºs 1 e 6 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8/06, aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, dois dos Deputados Independentes e uma abstenção do Deputado Independente. -----**

- **Ponto seis - Proposta – Autorização para a repartição de encargos e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais de “Aluguer**

Operacional de Viaturas Ligeiras 2016/2019”, em observância das disposições previstas na al. ccc) do nº 1 do art.º 33º e art.º 24º, da Lei nº 75/2013, de 12/09 e nos nºs 1 e 6 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8/06, aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, dois dos Deputados Independentes e uma abstenção do Deputado Independente. -----

- Ponto sete - Proposta – Autorização para a repartição de encargos e a emissão de autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais de “Aquisição de serviços e gestão dos equipamentos elevatórios e do sistema de tratamento e destino final das águas residuais do concelho do Funchal – 2016/2018” em observância das disposições previstas na al. ccc) do nº 1 do art.º 33º e art.º 24º, da Lei nº 75/2013, de 12/09 e nos nºs 1 e 6 do art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99 de 8/06, aprovado por maioria, com trinta e oito votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU, dois dos Deputados Independentes e uma abstenção do Deputado Independente. -----

--- Não havendo declarações de voto o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o Ponto oito - Alterações aos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia de Santo António, Imaculado Coração de Maria, Santa Luzia, Sé, São Martinho e São Roque, em observância do disposto na al. k) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, com a retificação do teor desses acordos no que diz respeito às Juntas de Freguesia de São Roque e Santa Luzia, o qual disse que estão a fazer o previsto na Lei 75/2013, que enquadra novas delegações em termos de competências das Câmaras para as Juntas de Freguesia, pelo que apresentam uma proposta de alteração aos acordos de execução e dos contratos interadministrativos, que foram realizados a trinta de abril de dois mil e catorze. -----

Assim, no âmbito da dotação orçamental de dois mil e dezasseis, houve um aumento de duzentos e cinquenta mil euros a distribuir pelas Juntas, que representam um aumento de vinte e dois por cento, naquele que é o apoio dado e um reconhecimento também do que é o trabalho das Juntas de Freguesia pela maior proximidade que têm junto dos seus Fregueses e daquilo que possa ser um melhor serviço prestado pelas mesmas. -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar, do GMM transmitiu: “Em primeiro lugar gostaria de congratular o Município do Funchal em particular a equipa do Executivo camarário, pela atualização das verbas transferidas para as Juntas de Freguesia pela Câmara Municipal do Funchal. -----

As verbas que a CMF transfere às Juntas de Freguesia são extremamente importantes para o desenvolvimento da ação das mesmas junto dos seus cidadãos, pois se formos a contabilizar as transferências efetuadas pelo fundo de financiamento de freguesias, estas apenas permitiriam fazer face a despesas administrativas e de funcionamento, resumindo a sua ação a meras ações administrativas muito longe daquilo que são os legítimos anseios e expetativas dos demais Cidadãos. -----

Uma Junta de Freguesia, como é a do Imaculado Coração de Maria que tem custos administrativos até bastante reduzidos, praticamente só sobriam 5 mil euros anuais para a concretização de apoios, atividades e manutenção da freguesia, manifestamente um valor muito reduzido. -----

Estes dados que são certamente transversais a todas as Freguesias do Funchal, mostram a importância que tem estes acordos de execução e os contratos interadministrativos, podemos dizer que é uma obrigação do Município do Funchal fazer este tipo de acordos com as Freguesias. Mas, não há nenhum outro Município na RAM que transfira mais do que o dobro do valor transferido pelo fundo de financiamento de Freguesias, e tal revela o esforço financeiro que é feito por esta Câmara para dotar todas as Freguesias de condições



financeiras adequadas para que possam ter uma ação muito positiva junto dos seus Fregueses e das suas instituições. -----

As dificuldades financeiras que a Câmara Municipal do Funchal encontrou no início do mandato, efetivamente ditaram a redução de verbas, exigiu um esforço de todos e as Juntas de Freguesia também não foram exceção. Agora que o Executivo conseguiu sanar as contas não perdeu tempo e voltou a reforçar as ditas verbas. -----

Mas também para além de congratular o Executivo pelo aumento das transferências, também congratular pela forma como estas transferências são feitas. Estas não são feitas apenas dando às Juntas de Freguesia dinheiro para fazer seja lá o que for, são feitas com uma atribuição de competências que de certa forma permitem que a sua ação, e a ação que por outra forma seria feita pela Câmara, seja feita de uma forma mais próxima dos Cidadãos e de uma forma mais eficaz. -----

Também gostaria de deixar algumas ideias do que poderia ser o desenvolvimento futuro destes acordos de execução e contratos interadministrativos, somos em crer que é importante continuar a elaborar estes acordos e estas transferências de competências, temos efetivamente essa expectativa, pois somos em crer que as Juntas de Freguesia por estarem tão próximas dos Cidadãos, podem fazer um trabalho muito eficaz em diversas áreas, pelo que não será de todo descuidado que no futuro se encontre ainda mais formas de ação para que as Juntas conjuntamente com a Câmara possam oferecer um serviço ainda mais adequado e eficiente aos seus Municípes.” -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD começou por dizer que aquilo que o Executivo está a fazer em relação a estas verbas das Juntas de Freguesia, não é mais do que repor aquilo que tinha cortado, uma vez que a Vereação anterior do PPD/PSD, entregava às Juntas de Freguesia um milhão e quatrocentos mil euros. Relembrando ainda que estes quando chegaram àquela Câmara disseram que haviam demasiadas transferências para as Juntas de Freguesia, por isso iriam concentrar

e centralizar as atividades na Câmara, agilizando os processos, em termos de sinergias e volume. -----

Assim, congratulam-se pelo trabalho que têm realizado na oposição e ficam também satisfeitos por o Senhor Presidente da Câmara, embora tardiamente, ter reconhecido o seu erro e apercebe-se de que as juntas desempenham um papel fulcral e muito mais próximo em determinadas situações. -----

Pelo que, por essa razão irão votar favoravelmente. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, Independente** pediu um esclarecimento ao Deputado Rui Cortez, que uma vez que se refere repetidamente à turma da geringonça, não será também à turma do funil? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** absteve-se de responder. -----

3 – O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP disse que o Grupo Municipal do CDS/PP irá votar favoravelmente aquela proposta, porque acham que a coesão social, a transparência, a forma como foi conduzido, pela reposição que foi feita, pela luta intransigente e pelos vários diálogos que os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia tiveram com o presidente da Câmara Municipal do Funchal naquela matéria conseguindo articular mais meios financeiros para as suas Juntas de Freguesia, que permitirão aos autarcas Presidentes de Junta fazer o melhor de si próprios, no sentido de acordo com as competências da lei e executarem o melhor que têm do ponto de vista dessa reposição. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos aos Senhores Deputados intervenientes, começando este por agradecer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Imaculado Coração de Maria, Deputado Gonçalo Aguiar, as suas palavras e o facto que referiu, de que na verdade esta é a Autarquia da Região que atribui e mais apoia as Juntas de Freguesia. -----



Prosseguindo, dirigiu-se ao Senhor Deputado Rui Cortez esclarecendo o que é reposição:

- Repor a verdade dos factos de que quem começou a diminuir o apoio às Juntas de Freguesia, foi precisamente o PPD/PSD em dois mil e doze. -----
- Quem é que vai repor os milhões que lhes retiraram pela dívida que fizeram naquela casa?
- Quem é que vai repor o IRS que ainda está em dívida pelo Governo Regional presidido pelo anterior Presidente da Câmara, e que tinha a responsabilidade de numa situação que criticou o anterior Presidente, de repor essa situação? -----

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** passou à **votação do Ponto oito - Alterações aos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia de Santo António, Imaculado Coração de Maria, Santa Luzia, Sé, São Martinho e São Roque, em observância do disposto na al. k) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, que foi aprovado por unanimidade**, com trinta e nove votos a favor, sendo dezasseis do GMM, catorze do PPD/PSD, três do CDS/PP, três do PCP/PEV-CDU e três dos Deputados Independentes. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV-CDU disse que aquela bancada criticou os vários cortes que foram efetuados às Juntas de Freguesia e sempre defendeu a delegação de competências das mesmas. -----

Por isso desejam que para os próximos estas vejam reforçadas, não só as delegações de competências, como também as suas verbas correspondentes. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD declarou que como já havia referido votaram a favor, mas que continuam a considerar ser um erro repor aquilo que devia de ter sido mantido e aumentado, porque a lógica deste Executivo de retirar verbas às Juntas não foi só financeira, mas de dizer que aquelas não tinham competência e que iam centralizar para gerir melhor. -----

Finalizando acrescentou que lhe parece que o Senhor Presidente está a misturar as suas

ideias, porque começa a falar em IRS quando falam de Juntas de Freguesia, respeita os Tribunais apenas quando lhe convém a si e quando as decisões são suas e não respeita o voto dos funchalenses de quem escolheram até à data e quem escolherão no futuro. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que por sua vez a passou à **Senhora Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes** para apresentar o **Ponto nove - Relatório Anual de atividades referente ao ano 2015, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Funchal, em observância do disposto no nº 2 do art.º 32º da Lei nº 147/99 de 1/09**, a qual realçou o seguinte: ----

- "Promover os direitos das crianças e dos jovens, prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, a sua saúde, a sua formação, a sua educação ou o seu desenvolvimento integral, são fatores que orientam o trabalho das diferentes comissões de proteção a crianças e jovens, e a Comissão do Funchal não é exceção. -----

- Nos quadros resumo que estão no final do relatório, em 2015 na CPCJ entraram 830 processos, 329 transitaram do ano anterior. Em dezembro de 2015, o ano encerrava com 340 processos ativos ainda, desses que se mantêm ativos eu refiro alguns números e algumas causas que estão no referido relatório, 66 devem-se a violência doméstica, 59 a absentismo escolar, 46 a negligência, 26 a maus tratos psicológicos ou / a indiferença afetiva, 16 a maus tratos físicos. Isto só para mencionar algumas das causas que trazem as famílias para a intervenção da CPCJ e esta mediação também. -----

Dos que foram arquivados, 143 foram remetidos a Tribunal, ou porque as soluções não foram aceites pelas famílias ou por outras razões tiveram que ser remetidos a Tribunal. --

E só 136 foram encerrados por terem desaparecido as situações de perigo que estavam sinalizadas, penso que todos nós concordamos que é um quadro muito preocupante e que o trabalho exigido a esta CPCJ é mesmo muito exigente. -----

Podemos concluir também, pelo atrás exposto e pelas diferentes causas que enumerei e que foram só algumas, que as famílias são muitas vezes os próprios agentes de perigo



para as crianças e para os jovens. -----

A CPCJ tem perfeitamente esta noção e para alertar e inverter este caminho de violência e de maus tratos na infância e na juventude, a CPCJ tem trilhado um caminho paralelo com o da resolução dos casos que lhes “caem nos braços”. Nesse sentido, tem desenvolvido ações a montante, que eu também considero muito importantes dando formação na área das competências parentais, tentando prevenir os maus tratos e os comportamentos de risco, alertando para a promoção dos direitos das crianças, enfim, seguindo muitas das linhas que estão previstas no programa nacional a que se chama “Tecendo a Prevenção”. Este é um conjunto de ações que se foram desenvolvendo ao longo de 2015 com diferentes parcerias, e isso é muito importante porque envolve toda a sociedade na resolução de um problema que não é só das famílias, mas que é de todos nós, que é um problema de Sociedade e de País, fê-lo junto de diferentes público-alvo, junto de profissionais do ensino, junto das famílias, junto de alunos e de alunas das escolas básicas e secundárias, por exemplo. -----

Porque consideramos que todos nós somos responsáveis pelas crianças e pelos jovens, a Câmara do Funchal tem colaborado sempre com a CPCJ, não só fornecendo materialmente os bens que ajudam os seus elementos a realizar o seu trabalho com maior eficácia, mas envolvendo também, vários departamentos da Câmara nas atividades e nas formações levadas a cabo pela CPCJ. -----

Os Departamentos que mais diretamente acabam por trabalhar transversalmente com a CPCJ são DEQV, A SocioHabitaFunchal e o Departamento de Infraestruturas e Equipamentos. -----

Gostaria ainda de lembrar que na sequência da reestruturação orgânica da Câmara Municipal do Funchal, conseguimos trazer a CPCJ para o espaço onde estava o Serviço das Execuções Fiscais, proporcionando à CPCJ espaços mais amplos para os técnicos trabalharem individualmente quando necessitam e em grupo também sempre que

necessário, também existem zonas de espera e salas de atendimento às famílias com privacidade e conforto. -----

Diz-se muito repetidamente, e isto vem de um ditado africano, *que é preciso uma aldeia para educar uma criança*, todos temos de cumprir a nossa parte, é verdade, para que a vida de algumas crianças melhore e lhes permita serem felizes e adultos equilibrados. Portanto, conseqüentemente construir um País mais sustentado e com mais possibilidades de sucesso. -----

Penso que a CPCJ Funchal, segue a ideia de Madre Teresa de Calcutá, que dizia que o *nosso trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele o oceano seria ainda menor.*" -----

INSCRIÇÕES: -----

1 – A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD começou por louvar a Comissão de Proteção de Menores e não o Executivo Camarário, no trabalho que esta desenvolve o qual muitas vezes é ingrato, porque à primeira falha normalmente é logo questionado onde é que a Comissão falhou? -----

Porém, muita entidade também está envolvida no sistema como o próprio Estado na sua função Legislativa e Governativa, os Municípios, a Polícia e necessariamente a Comunidade, que tem que ser chamada a assumir as suas responsabilidades enquanto vigilante mais próxima dos casos e estar consciente do seu papel, porque a desumanização leva a que muitos destes casos aconteçam ainda hoje numa sociedade que se diz muito mais desenvolvida. -----

Observou também que independentemente de haver representantes da Assembleia Municipal na Comissão alargada, gostaria muito que tivesse sido a Comissão a apresentar o seu trabalho e não o Executivo Camarário. -----

Depois sugeriu que um dos Temas das Sessões Específicas que a Assembleia tem vindo a desenvolver poderia ser sobre os Menores, sendo algum membro da Comissão o interventor e explicar e expor as atividades que são da Comissão. -----



Por fim, dada a importância que aquela Comissão tem, solicitou mais um pouco de coordenação no agendamento das reuniões, porque naquele dia ao mesmo tempo que se está a realizar aquela Assembleia Municipal, há também uma reunião da Comissão Alargada, pelo que os Deputados Municipais que eventualmente têm assento nessa Comissão Alargada têm que optar. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** registou a pertinência da sugestão e esclareceu que a Presidente da Comissão não foi convidada a vir aqui apresentar o relatório, porque no entendimento da Mesa a mesma colidia com as normas regimentais. -----

Contudo, existindo a anuência de todos os Grupos Municipais, é intenção da Mesa de para o ano proporcionar a possibilidade de um representante da Comissão de Proteção, apresentar o referido relatório a todos (as) os/as Senhores (as) Deputados (as). -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Cravidão Gouveia de Oliveira, do PPD/PSD** pediu a palavra para esclarecer que a Comissão pode vir à Assembleia Municipal antes do dia da sessão de votação do Plano de Atividade, porque senão regimentalmente há colisão de interesses, explicar ao plenário no seu todo toda a sua composição política.

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que não estão a discutir a votação do Plano de Atividades do CPCJ, mas a apreciação do relatório. -----

Assim, no âmbito dessa discussão num ponto análogo fica a intenção de no próximo ano na discussão daquele ponto na Sessão da Assembleia Ordinária de dois mil e dezassete, a Assembleia convidar formalmente, se possível, a Presidente da Comissão para vir apresentar o referido relatório. -----

2 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMM expôs que a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, é uma Comissão que possui vários membros de várias instituições e organismos. E que embora a CPCJ do Funchal não seja titulada pela Assembleia Municipal, não vê nenhum perigo nem nenhum problema em estar ali presente a sua Presidente. -----

Até porque aquela Assembleia Municipal elegeu quatro representantes dos grupos parlamentares, onde o próprio, a Deputada Rosa Oliveira e o Deputado Américo Silva pertencem à Comissão Alargada da mesma. -----

Aproveitou também para elogiar alguns membros que desempenham o papel de forma altruísta e com dedicação, querendo essencialmente resolver os problemas dos jovens e das crianças do Concelho do Funchal, ao contrário de outros que estão em alguns Conselhos por terem sede de protagonismo. -----

Prosseguindo, sublinhou e congratulou-se com o apoio que o Município tem dado àquela CPCJ, dando como exemplo as novas instalações que lhe foram facultadas proporcionando umas instalações mais amplas e mais confortáveis. -----

Acrescentou que a CPCJ não tem só uma vertente de análise, mediação e encaminhamento de processos, tem também um papel pedagógico fundamental sobre aquelas crianças e sobre todas aquelas problemáticas que importa ser abordado. Assim, aproveitou para convidar todos os (as) Deputados (as) Municipais que estivessem interessados (as) nas iniciativas que a CPCJ tem vindo a levar a efeito num futuro próximo, a participar no sentido de também colaborarem na receção daquelas problemáticas, uma vez que a conjuntura económica, o desemprego e o abandono escolar são realidades que se vive na Região e que não têm encontrado até agora qualquer solução. -----

Terminou julgando que nenhuma Comissão de Proteção de Crianças e Jovens pode falhar, porque o assunto é demasiado sério e importante para haver falhanços, pelo que importa tornar aquelas Comissões mais eficazes para que respondam aos seus verdadeiros objetivos. -----

--- A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Cravidão Gouveia de Oliveira, do PPD/PSD pediu um esclarecimento ao Deputado Sérgio Abreu porque embora o mesmo faça parte, assim como a própria, do CPCJ, ali estão com a função de membros eleitos da Assembleia Municipal o que lhes acarreta e dificulta falar sobre aquele assunto, por isso

Rosa Oliveira

usar aquela figura, sendo membro também da Comissão para vir de algum modo sub-reptício reforçar uma posição política sobre uma dificuldade financeira, etc., não lhe parece que seja esse o interesse na melhoria das condições das crianças e dos jovens, nem lhe parece que seja essa a melhor maneira de tratarem o projeto que têm na frente. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu, do GMM** agradeceu a intervenção da Deputada Rosa Oliveira, pois como Deputados Municipais não podem por serem membros da Comissão Alargada da CPCJ Funchal se pronunciar porque têm algum conhecimento de causa, sendo evidente que o objetivo fundamental é o interesse das crianças e jovens do Funchal e isso implica também uma análise séria e responsável de um meio de diagnóstico da problemática da conjuntura que se vive. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** para este tecer alguma consideração sobre o assunto em apreço, ao que o mesmo dispensou. -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezasseis horas e quarente e nove minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, *[assinatura]*

--- A Primeira Secretária, *Rosa Oliveira*

--- A Segunda Secretária, *[assinatura]*

--- Fui presente: Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, *Nélia Gonçalves*

